



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 28 - Nº 530 - DE 23 DE OUTUBRO A 6 DE NOVEMBRO DE 2016 - R\$ 4,00

Abaixo a PEC 241!

- Pela organização de um movimento local, regional e nacional pela derrubada da PEC 241 e das reformas antioperárias, antipopulares e antinacionais;
- **NÃO PAGAMENTO** da dívida pública;
- pela ampliação do movimento de ocupação de escolas;
- **PELA GREVE GERAL** do funcionalismo do Paraná;
- **PELA UNIDADE DOS MOVIMENTOS;**
- pela convocação de assembleias nos sindicatos e organizações estudantis;
- pela constituição de comitês de frente única na luta.



99 anos da Revolução de Outubro

Viva a Revolução Proletária Russa!

Abaixo a PEC 241! Não ao pagamento da dívida pública!

Michel Temer aguarda a segunda votação na Câmara Federal para ir adiante com a proposta de emenda constitucional (PEC 241, do Teto). Dessa mudança depende o destino do governo golpista.

O golpe institucional contra Dilma Rousseff se deu justamente para que fosse implantado um radical “ajuste fiscal”. O diagnóstico dos golpistas é o de que acima de tudo estão a dívida pública, o pagamento dos juros e o superávit primário. É parte dessa avaliação que a Previdência e os gastos obrigatórios com a saúde e educação são enormes. São determinações constitucionais que devem ser abolidas. O governo deve ter as mãos livres para manipular o Orçamento da União em função da dívida pública, ou seja, do pagamento dos juros. Como se vê, o plano do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é o de atender aos interesses dos bancos e dos investidores. Em outras palavras, atender aos interesses do capital financeiro parasitário.

A PEC do Teto não passa de um critério geral de contenção orçamentária, mas tem a particularidade de acabar com a obrigatoriedade constitucional quanto aos gastos com a saúde e educação. Tal obrigatoriedade era burlada pela Desvinculação de Recursos da União (DRU). Mas tinha de ser aprovada pelo Congresso Nacional. Observa-se que o objetivo da PEC do Teto é mais amplo. Dará poderes ao governo federal para impor aos estados e municípios regras inflexíveis de gastos com o funcionalismo público. Pretende-se enxugar a folha de pagamento. Consequentemente, aumentar a carga de trabalho. Não por acaso, essa medida geral vem completar e recrudescer a Lei de Responsabilidade Fiscal, implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Lembremos que se trata de um mecanismo adotado como parte de um conjunto de medidas especiais, como o plano de privatizações, plano de salvação de bancos, contenção do reajuste do salário mínimo, reforma da previdência, etc.

A PEC 241 dá continuidade à política de ajustar rigidamente os gastos públicos à sustentação da dívida parasitária. Isso explica por que comparece como a grande obra do governo golpista. Por meio dela, serão atacados pontos específicos: a previdência comparece como decisiva para o cumprimento do teto. Deverá ser modificada à custa de milhões de trabalhadores. Demandará um novo “round” na arena política. Para isso, o terreno vem sendo preparado por uma contínua e ampla campanha da imprensa monopolista. É parte dessa reforma a desvinculação do reajuste do salário mínimo da previdência.

Os empresários, também, há muito pleiteiam a reforma

trabalhista. A CLT tem sido desfigurada nos aspectos que de fato representam proteção aos assalariados, ainda que limitada. A implantação da terceirização e do princípio da flexibilização capitalista do trabalho afrontam antigas conquistas dos explorados. O que provoca grande corrida à Justiça do Trabalho. Um dos objetivos da reforma trabalhista é vedar esse caminho legal, que pouco resolve a favor dos trabalhadores, mas implica conflito e custos para o Estado e capitalistas. Os exploradores almejam impor o princípio da supremacia do “acordado sobre o legislado”. Por essa via, as pressões dos empregadores sobre os empregados se torna local (por fábrica) e assim aumenta a eficácia patronal. Constitui um brutal ataque à unidade dos assalariados, aos sindicatos e ao princípio dos acordos coletivos de trabalho.

Temer pretende ir o mais longe possível nos seus dois anos de governo para preparar as condições de governabilidade dos novos mandatários eleitos em 2018. É o que explica a reforma do ensino médio que retrocede as condições de estudo da juventude. E que está enfrentando uma importante resistência, com as ocupações de escola no Paraná e protestos em vários estados.

A derrubada da PEC 241, como se vê, é decisiva, para avançar o combate dos explorados e da juventude oprimida contra as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais do governo golpista. A derrubada da PEC 241 vem acompanhada da bandeira de “Não pagamento da dívida pública e fim do parasitismo financeiro”. Somente uma ampla mobilização nacional, tendo à frente a classe operária, torna possível pôr abaixo a PEC 241 e todo edifício de reformas reacionárias que está sendo edificado pela aliança burguesa que sustenta o governo de Temer.

A CUT e seus sindicatos já se adaptaram ao governo golpista, embora ameacem com a greve geral. Essa adaptação permite que a Força Sindical continue ludibriando os operários que estão em sua base. É preciso romper a política de conciliação de classes da burocracia sindical para que o proletariado se levante contra a PEC 241, as reformas da previdência, a trabalhista e a do ensino médio.

Nossa luta, portanto, se concentra: 1) pela organização de um movimento local, regional e nacional pela derrubada da PEC 241 e das reformas antioperárias, antipopulares e antinacionais; 2) não pagamento da dívida pública; 3) pela ampliação do movimento de ocupação de escolas; 4) pela greve geral do funcionalismo do Paraná; 5) pela unidade dos movimentos local, regional e nacional; 6) pela convocação de assembleias nos sindicatos e organizações estudantis; 7) pela constituição de comitês de frente única na luta.

A derrubada da PEC 241, como se vê, é decisiva, para avançar o combate dos explorados e da juventude oprimida contra as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais do governo golpista. A derrubada da PEC 241 vem acompanhada da bandeira de “Não pagamento da dívida pública e fim do parasitismo financeiro”.

Prisão de Cunha

Era um fato esperado. O Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal e o juiz Sérgio Moro não iam quebrar a lógica da Operação Lava Jato. Depois de servir como peça chave no processo de impeachment, a situação do presidente da Câmara Federal se tornou insustentável. O descarte da peça dependia do tempo da política. Depois que consolidou o movimento institucional de derrubada do governo petista, não havia mais motivo para manter a proteção a um delinquente da política burguesa execrado publicamente.

Não é novidade também que parlamentares golpistas usassem o acontecimento para dizer: estão vendo, está aí a prova de que não há uma ação seletiva da Lava Jato e do juiz Sérgio Moro contra o PT. Lembremos, apesar de a ocorrência ter sido recente, que o Supremo afastou Cunha da presidência da Câmara Federal e finalmente o bandido foi cassado por uma esmagadora maioria de parlamentares, mas isso depois de meses e meses de processo de impeachment. Sua implicação com a bandidagem era conhecida, mas o que obrigou seu expurgo foi ter dito na audiência da CPI que não tinha contas no exterior, mentindo descaradamente. Os agora governistas que dizem que sua prisão é a prova de que a justiça é para todos pertencem a partidos que protegeram o quanto puderam o ex-presidente da Câmara de Deputados. Não era conveniente, portanto, às instituições e autoridades responsáveis pela Operação Lava Jato deixar de prender Cunha, quando esse perdeu a imunidade parlamentar.

É visível o receio de Temer, do PMDB e do próprio PSDB sobre a delação premiada. Cunha ameaçou nomeadamente um homem forte do governo e um dos arquitetos do golpe de Estado, que é a ratazana Moreira Franco. Não por acaso, a ordem no governo é não comentar o caso. Qualquer desliz pode incentivar Cunha a não ser comedido em sua delação. O confessor do delegado Moro oferece perigo a importantes políticos do governo. A questão ainda nebulosa é que extensão terão as revelações de Cunha, como as tratarão as instituições da Lava Jato e como as utilizará a imprensa monopolista. Somente a resposta a ela dirá o quanto o processo contra o PT é seletivo.

A prisão de Cunha em si diz pouco. Se fosse, no caso, a prisão de Lula, em si mesma, diria muito. A comparação hipotética serve para contrastar com a declaração de governistas que a prisão de Cunha é a prova de que a Operação Lava Jato e a lei é para todos. É mais do que claro que a decisão de Moro expressa a continuidade da crise política. Não há por que enfatizar esse fato. Mais uma vez a questão é saber se será um marco para desacelerar a Operação Lava Jato, assinalar o seu ponto final, ou se agirá no sentido contrário.

Caso Cunha destampe o bueiro e as instituições judiciais e policiais resolvam abrir um novo capítulo da Lava Jato, então a crise política se agravará. Um novo capítulo seria justamente a finalização do processo contra o PT e a abertura de uma ação ampla e coordenada contra os partidos que agora compõem a base de sustentação do governo golpista. Essa probabilidade é a mais remota. Tudo indica que a situação caminha muito mais para o fechamento do cerco ao PT e suspensão por tempo indeterminado das investigações e dos processos que recaem sobre o PMDB, PSDB e DEM. Essa trindade promoveu o impeachment com amplo apoio da burguesia. Tudo tem sido feito para que afirmem o governo

golpista e assim caminhem com a nova diretriz econômica e com as reformas antinacionais e antipopulares.

No Senado, está em pauta o projeto de 2009 que recrudescer a lei de abuso de autoridade. O presidente da Casa Renan Calheiros o sacou da gaveta e o senador Romero Jucá foi indicado como relator. Ambos são denunciados na Operação Lava Jato. Inclusive se tornaram pontais da conspiração que derrubou o governo de Dilma em função do objetivo de conter as investigações até o PT. Tudo isso muito bem documentado.

Em algum momento, o poder político terá de aparar as asas que permitiram um voo tão alto do Ministério Público e da Polícia Federal. Foi assim na Itália com a Operação Mãos Limpas. Não será diferente no Brasil. A corrupção é inerente ao Estado e à política burguesa. Depois de contidos momentaneamente os excessos, tudo deve voltar ao seu lugar. Nesse sentido, a Operação Métris, da Polícia Federal, que resultou na prisão do diretor da polícia do Senado e de alguns policiais legislativos, indica a dificuldade de se frear a Operação Lava Jato e assim recrudescer o conflito no seio das instituições do Estado. A autorização para que a Polícia Federal realizasse uma incursão nas dependências do Senado e efetuasse as detenções se baseou na justificativa de que os agentes da polícia do Legislativo estavam obstaculizando a Operação Lava Jato. Como se vê, a contenção da crise política depende em grande medida da própria contenção das investigações dirigidas a importantes figuras do PMDB e do governo. Evidentemente, em se tratando do choque interburguês no aparato do Estado.

O fundamental, no entanto, está em que somente o proletariado pode ir a fundo no desmonte da corrupção burguesa em um processo revolucionário de tomada do poder. Sem que se destrua o Estado burguês de cima a baixo, mantém-se a velha ordem da política burguesa. Essa é a conclusão necessária, se se quer ser consequente na análise da crise política e na defesa da economia nacional e da vida das massas.

Assombra ver Luciana Genro, do PSOL, festejando a Operação Lava Jato como se fosse parte de uma verdadeira transformação no Estado e na política burguesa. É lastimável, por outro lado, ver o PSTU afirmar que a prisão de Cunha se deve à luta dos explorados, em especial das mulheres, contra seu reacionarismo machista, homofóbico e racista. Em absoluto, a prisão de Cunha é um reflexo da crise interna ao Estado e à política burguesa. A burguesia como um todo e a imprensa monopolista se colocaram por sua cassação e prisão não porque fosse reacionário, mas porque já não lhe prestava. O Congresso Nacional está povoado de Cunhas. Há que dizer claramente que não há nada de especial na prisão do bandido burguês. Sua prisão não modificará em nada a democracia e o poder burguês, que sirva à luta dos explorados. Há que se dizer com todas as letras que somente um Tribunal Popular pode investigar e julgar os criminosos que servem à política burguesa.

A Operação Lava Jato tem sido usada exatamente para convencer os explorados e famintos que todos são iguais perante a lei. Essa falsificação somente pode ser desmascarada com as bandeiras, o programa, o método e a estratégia de poder do proletariado.

Operários, camponeses e juventude oprimida, lutemos por edificar um Tribunal Popular, nascido das lutas e da independência política dos explorados diante do Estado e da política burguesa.

Governo golpista de Temer mantém os programas petistas em favor dos capitalistas

Há uma série de programas que agraciam os capitalistas. São denominados de “Bolsa Empresário”. Calcula-se que 3,4% do PIB vão diretamente para seus cofres. Estima-se que, em 2017, serão R\$224 bilhões de reais. Tratam-se de subsídios financeiros e isenções fiscais. No que se refere à folha de pagamento, a desoneração atingirá R\$ 17 bilhões. As multinacionais do setor automotivo, juntamente com as autopeças, receberão benefícios na ordem de R\$ 3,7 bilhões.

O que o governo Temer fez foi dar continuidade aos programas de Dilma. Durante a disputa interburguesa em torno do impeachment, Temer disse aos quatro ventos que discordava da política de subsídios por gerar o descontrole das contas públicas. Agora, na presidência, faz o mesmo. Temer, da mesma forma que Dilma, diz que são incentivos em favor do crescimento econômico e de empregos.

A experiência com as isenções concedidas pelo governo petista pesa sobre a economia e a classe operária. As montadoras receberam os benefícios e desfecharam um violento ataque aos empregos e aos salários. Basta ver a onda de demissões na Mercedes, Volks, Ford e GM, para citar apenas essas quatro multinacionais.

Essa é a pura constatação de que todo o governo burguês administra os interesses e negócios da burguesia. No caso do Brasil, o das multinacionais e dos capitalistas nacionais. Mas, o problema fundamental está em que a burocracia sindical apoiou e apoia as concessões e subsídios aos capitalistas, em particular, às poderosas multinacionais. Utiliza-se desse recurso para negociar com o governo e enganar os operários com o argumento que por essa via se enfrentará a crise e se preservarão os empregos. Nota-se que as medidas fiscais, como a desoneração da folha de pagamento, são combinadas com as medidas de flexibilização do trabalho (lay-off, banco de horas, PPE, etc.). Como se vê, o movimento operário não deve apenas condenar o programa “Bolsa Empresário”, mas também os acordos de flexibilização capitalista do trabalho.

Temer ataca a saúde, educação e o salário mínimo

A aprovação, no 1º turno, da PEC 241 é um duro golpe à saúde e educação públicas. Pela simulação feita pelo Dieese, de 2012 a 2015, com a vigência da PEC 241, haveria uma redução de R\$ 377,7 bilhões na educação e R\$ 295,9 bilhões na saúde. Ou seja, o custo da educação nesse período foi de R\$ 802,3 bilhões, aplicando as regras da PEC 241, cairia para R\$ 424,6 bilhões. A saúde, de R\$ 1.112,7 bilhão, para R\$ 816,8 bilhões. Está aí um exemplo concreto de que a PEC do teto dos gastos públicos de Temer/Meirelles objetiva conter gastos sociais.

No caso do salário mínimo, a Fundação Getúlio Vargas fez a simulação e concluiu que o salário mínimo seria de R\$ 400. Portanto, Temer imporá um arrocho descomunal ao salário mí-

nimo, que já é de fome.

A PEC dos gastos públicos é o mecanismo para continuar pagando os exorbitantes juros da dívida pública. Em nome de estabilizar os gastos públicos, Temer aplica mais veneno à miserável saúde e educação públicas. A PEC é contra a maioria explorada e os milhões de aposentados, que sobrevivem com o salário mínimo. A PEC é contra a população pobre, que depende unicamente da saúde e da educação públicas.

Vêm ocorrendo mobilizações em vários estados. É preciso potenciá-las organizando o movimento operário contra o governo golpista de Temer. É preciso romper a política de conciliação de classes da burocracia sindical para os explorados se unirem em um movimento local, regional e nacional em defesa de suas reivindicações e contra as reformas antinacionais e antipopulares.

Governo e parlamentares golpistas dão mais um passo em favor da Reforma do Ensino Médio

Depois da MP 746, que instituiu a reformulação do ensino médio, nessa semana, criou-se a comissão de parlamentares do Congresso, que dará o aval para sua aprovação em plenário.

O presidente e o relator foram escolhidos a dedo. A presidência da comissão está com o deputado Izalci/PSDB, um dos autores do projeto de “Escola sem Partido”. E a relatoria, com o senador Pedro Chaves/PSC, ligado a um conglomerado de escolas privadas em Mato Grosso.

Como se vê, a reforma do ensino médio está nas mãos dos privatistas e igrejeiros. Está aí por que tem como essência o corte de recursos para o ensino público, o favorecimento das parcerias público/privadas, um mecanismo de arrancar dinheiro público e entregar para as empresas privadas de educação.

O movimento de ocupação de escolas do Paraná mostra o caminho a ser seguido em todo o país. A juventude é a primeira força social a se sensibilizar contra os ataques ao ensino público. É o momento oportuno para desenvolver a bandeira de constituição de um único sistema de ensino público e gratuito, sob o controle de quem estuda e trabalha. A defesa verdadeira e sincera da educação pública implica a luta pela expropriação sem indenização e estatização do sistema privado de ensino. Por essa via, os estudantes, professores e a população explorada tomarão em suas mãos a solução dos grandes problemas que estrangulam o processo de aprendizagem e de elevação cultural das massas.

O movimento de ocupação colocou objetivamente a bandeira de que quem deve qualificar as condições do ensino médio não são os burocratas do Estado, nem as instituições particulares. Quem deve diagnosticar e dar respostas à escola decrepita são os estudantes, pais e professores, apoiados no programa e métodos de luta da classe operária.

Vêm ocorrendo mobilizações em vários estados. É preciso potenciá-las organizando o movimento operário contra o governo golpista de Temer. É preciso romper a política de conciliação de classes da burocracia sindical para os explorados se unirem em um movimento local, regional e nacional em defesa de suas reivindicações e contra as reformas antinacionais e antipopulares.

Greve na Scania

Exigência que o sindicato mude sua orientação

A campanha salarial metalúrgica repetiu os erros das campanhas passadas. Manteve a divisão em grupos, não aprovou um índice geral de reposição das perdas, fechou o acordo com um grupo e este passou a ser o índice para os demais e rejeitou convocar assembleias gerais para unificar o movimento. Assim, os patrões que recusaram o acordo já estabelecido com outros grupos receberam a notificação de greve no dia 11 de outubro. Foi o que ocorreu na Scania.

A montadora impôs um reajuste de 5% e um abono. A assembleia da Scania, de 17 de outubro, rejeitou a proposta e aprovou a greve por 9,62%, referente à reposição da inflação do período. Mas aceitou fazer uma greve por pedaço. Votou a velha greve “pipoca”. Ou seja, um dia paralisa um setor, depois outro e assim sucessivamente. Todos os operários vão à fábrica e a assembleia decide quem volta para casa e os que permanecem na empresa. Assim, narrou um grevista ao Boletim Nossa Classe. Operário disse: “não vai dar em nada”. Outro metalúrgico, mais otimista, disse: “quando o governo era do PT, eles (referindo à direção do sindicato) fizeram corpo mole, mas agora com este governo pode ser que voltem a fazer alguma coisa”.

A greve considerada “estratégica” para a burocracia sindical está isolada. Entre as montadoras da região do ABC, somente a Scania decidiu pela greve. A multinacional aproveita a situação para se manter irreduzível. Por sua vez, o isolamento e a passividade da greve atuam para sua derrota. É preciso tornar a greve ativa, paralisando toda a fábrica de uma só vez, com manifestações diárias, com bloqueios e ocupação. É preciso convocar a assembleia geral de todos os metalúrgicos. Assim, a greve da Scania poderá vencer a resistência patronal.

Não repetir o que ocorreu na Volvo

Como na Scania, a Volvo de Curitiba produz veículos pesados. Os operários decidiram pela greve no início de outubro. Ficaram duas semanas paralisados. O movimento se restringiu à fábrica. Resultado: a greve foi suspensa com a aceitação da proposta de conciliação do TRT de um abono de R\$ 5 mil como forma de compensar o reajuste de apenas 50% da inflação.

As greves por fábrica e passivas não ajudam a fortalecer os métodos de luta. Ao contrário, acabam enfraquecendo-os. As multinacionais seguem uma política única de demissões e redução salarial. Estão unidas para se impor aos operários. Os sindicatos, ao contrário, fragmentam as campanhas salariais, isolam greves por fábrica e, assim, acabam ajudando os capitalistas a impor a unidade do capital contra o trabalho. Essa política da burocracia tem um nome: colaboração e conciliação de classes. Infelizmente, os sindicatos estão quase em sua totalidade sob o controle dessa burocracia e dessa política. É necessário que os operários em luta abram os olhos, organizem a oposição e formem os grupos clandestinos de fábrica. O boletim Nossa Classe e o Partido Operário Revolucionário estão a serviço dessa luta.

Demissões não param de crescer

A indústria paulista demitiu 11.500 trabalhadores somente em setembro. O que significa a eliminação de 86 mil postos de trabalho nesses 9 meses. Até o final do ano, estimam-se que serão 165 mil. Se se levar em conta as 235 mil demissões do ano passado, a indústria destruiu 400 mil empregos em dois anos.

As burocracias sindicais se limitam aos discursos e à política por

fábrica. Ou seja, àquela que demite, os dirigentes comparecem para “negociar” o pagamento dos salários e da rescisão contratual. Quando não conseguem, encaminham para a Justiça. Não há, como se vê, a disposição de unificar os operários e desfechar um só movimento em favor dos empregos e dos salários. São direções traidoras, incapazes de defender os interesses gerais da classe, a força de trabalho.

O POR, no mês de outubro, divulgou no Boletim Nossa Classe que o único caminho para enfrentar as demissões é a luta de todos os trabalhadores. Defendeu que os sindicatos convocassem as assembleias gerais. Que organizassem o movimento grevista unificado. Conclui dizendo que governo e capitalistas estão de mãos dadas para cortar empregos, direitos e salários. Os trabalhadores, por sua vez, devem estar unidos para defender os interesses gerais dos explorados, no campo da independência de classe e com os métodos da classe operária.

Burocracias mudam as convocações como se troca de camisa

As centrais sindicais novamente se reuniram. Estiveram presentes a Força Sindical, CUT, UGT, Nova Central, CTB, CGTB e Intersindical. Discursos não faltaram sobre a necessidade de união para impedir que direitos fossem retirados. Houve consenso sobre a tal da “agenda de protestos”, combinada com a “pressão aos parlamentares”.

A conclusão foi de realizar mais dois atos, dias 11 e 25 de novembro. Nada de greve geral. São atos, como a palhaçada do chamado “esquenta”, 22 e 29 setembro. Novamente, a mesma conversa: no dia 11 para as categorias mais mobilizadas e no 25 uma mobilização “mais abrangente”. Está aí a conduta de quem está prostrado diante das medidas do governo e incapazes de mobilizar a classe operária e demais explorados.

As centrais sindicais ao se mostrarem impotentes diante das demissões e da flexibilização capitalista do trabalho estão sem capacidade de mobilizar o proletariado para responder às reformas da previdência e trabalhista e a PEC 241, do Teto. É o que demonstram as suas reuniões e os sucessivos adiamentos da paralisação nacional.

O POR continua com sua campanha denunciando as burocracias sindicais e levantando um conjunto de reivindicações que unificam os explorados:

1. *Emprego a todos. Que nenhum pai ou mãe de família esteja sem trabalho. Redução da jornada, sem reduzir os salários, para ampliar os empregos. E para que haja emprego a todos é preciso levantar a bandeira da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho);*
2. *Rejeição às reformas da previdência e trabalhista e à PEC 241 que corta recursos da saúde e educação;*
3. *Defesa de um único sistema de previdência estatal, inteiramente sob o controle da classe operária. Expropriação e estatização da rede privada de previdência. Direito à aposentadoria a todo trabalhador que atingir 25 anos de serviço. Que nenhum aposentado ganhe menos que o salário mínimo vital;*
4. *Defesa de todas as conquistas trabalhistas, fim da flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, PPE, PDV, etc), fim das terceirizações e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados;*
5. *Que todas as centrais, sindicatos e movimentos constituam uma frente única sindical e popular de defesa das reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores.*

Paraná:

Governo tenta desesperadamente dividir funcionalismo dos secundaristas

A ocupação de mais de 850 escolas (na sexta-feira dia 21 de manhã) em protesto contra a reforma do ensino médio, proposta pelo governo federal por meio da Medida Provisória 746/2016, e a greve do funcionalismo público contra a intenção do governo de cancelar a lei de reposição da inflação compõem um quadro excepcional de enfrentamento às iniciativas antipopulares dos governos do Paraná e Federal.

O alcance das ocupações secundaristas ultrapassou o caráter episódico e tornou-se um fenômeno político que colocou o governo do Paraná e o próprio MEC na defensiva. Beto Richa (PSDB) e seu governo não conseguiram até agora impor uma linha definida para enfrentar a revolta generalizada da juventude, que expressa um profundo descontentamento latente na sociedade contra a deterioração das condições gerais de existência das massas.

O funcionalismo estadual, que foi duramente castigado durante a greve do ano passado e teve de suportar o adiamento da data-base, está diante da medida do governo que muda a lei orçamentária de 2017 e liquida com a obrigatoriedade do governo repor a perda inflacionária.

Embora não sejam movimentos coordenados – as ocupações começaram antes da greve do funcionalismo – acabaram convergindo na luta contra o governo Richa, reforçando-se mutuamente de modo objetivo e sem ter a mesma pauta.

Esta é a conjuntura que obrigou o governo Richa a fazer um simulacro de recuo, na última quinta-feira dia 20, quando divulgou um “Termo de Acordo com o Fórum das Entidades Sindicais”, em que afirma que retiraria a proposta de não repor a inflação, condiciona ao fim da greve, mas, enfatiza que se até final de novembro não se chegar a um acordo, “o governo tomará as medidas necessárias para manter o equilíbrio financeiro do Estado”, ou seja, não pagará a reposição.

Na prática, o governo não retira sua proposta. Deixa a ameaça explícita e ainda apresenta sua proposta como “acordo com as entidades sindicais”.

O que o empurrou, no entanto, a simular o recuo, que até o momento não cogitava, foi o desespero de ver a convergência das lutas do funcionalismo com a dos secundaristas. Essa circunstância expressa que é o momento certo de arrancar de vez a garantia de conseguir a reposição conforme a Lei. Se isto for conquistado, estarão os servidores públicos garantindo não apenas suas condições de so-

brevivência, mas atacando um pilar das medidas acordadas entre os governadores e o governo federal para congelar os salários. Se o funcionalismo impuser essa derrota ao governo o deixará também mais frágil para reprimir o movimento dos secundaristas. É nesse sentido que o movimento do funcionalismo deve ser colocar claramente em defesa das ocupações e exigir do governo que acate a reivindicação que vem das ocupações.

Entretanto, o Fórum das entidades sindicais já está sinalizando que pretende entrar no simulacro de recuo do governo para justificar o fim da greve, apresentando a proposta como uma vitória e ainda por cima se dispondo a “negociar” o inegociável, que é a reposição da inflação. Caso se efetive a liquidação das greves, com o discurso de “permanecer mobilizados”, estará colaborando com o governo para que este reprima e ataque o movimento das ocupações, isolando e condenando-o antecipadamente à derrota.

Nesse quadro, se coloca também o drama do movimento docente nas universidades. Dividido entre sindicatos mistos e seções sindicais do ANDES, não consegue ter um comando unificado e nem agir coordenadamente em defesa de qualquer tipo de bandeira. A recusa das seções sindicais do ANDES de se unificarem com as entidades do Fórum impede que possam intervir na unificação necessária e até na resistência contra a orientação burocrática da APP – sindicato dos professores e funcionários das escolas estaduais.

Precisamente por essa situação é que os docentes das universidades ficam à mercê da burocracia do Fórum e do atraso corporativo, numa conjuntura favorável à politização dos movimentos e à unificação com todos os trabalhadores em luta. Esse é o obstáculo a ser vencido para que por meio da unidade grevista e das ocupações se chegue à vitória.

A Corrente Proletária defende a reconstituição do Comitê em Defesa do Ensino Público do Paraná, que represente professores, técnicos e estudantes, por ser o organismo que pode forjar as bandeiras que unifiquem estes setores contra o governo e pela preservação do ensino público. Seria também o espaço em que a unificação com o movimento das ocupações seria processada com toda propriedade, potenciando ambas as lutas.

***Diante do desespero do governo não é hora de recuar, mas de avançar com a greve do funcionalismo!
Para unificar os movimentos em curso, reconstituir o Comitê em Defesa do Ensino Público!***

A assembleia aprovou a continuidade da greve

Depois de ter redigido o artigo sobre a greve dos professores do Paraná e ter analisado a conduta da burocracia da APP de suspender a greve, a assembleia convocada para o sábado (dia 22) aprovou a sua continuidade. A assembleia se mostrou dividida entre a posição da burocracia e de uma parcela significativa de grevistas. A direção do sindicato, ao invés de retirar sua proposta e reforçar a manutenção do movimento tendo em vista que uma vanguarda combativa não aceitava o recuo, partiu para a contagem manual dos votos. O resultado confirmou a continuidade, embora por uma margem pequena de votos, 724 a 719.

O fundamental está em que essa maioria contrariou a decisão de suspensão, defendida pela APP e comando de greve, anunciada na sexta-feira. Essa maioria não aceitou, portanto, a manobra de Beto Richa e a conduta da direção de pôr fim à greve, acatando as ameaças do governo caso a greve não fosse suspensa.

A continuidade da greve implica uma forte pressão sobre a burocracia da APP para que cumpra a decisão de continuidade do movimento grevista, impulsionando a unidade com o funcionalismo em luta e as manifestações diárias contra as medidas do governo do PSDB.

Greve dos professores contra a emenda 43 da LDO

Os professores da rede estadual do Paraná iniciaram a greve no dia 17 de outubro. O que levou à paralisação foi a decisão do governador do PSDB, Beto Richa, de encaminhar à Assembleia Legislativa a medida que suspende o pagamento da data-base, previsto para janeiro de 2017, e condiciona o recebimento das promoções e progressões (dívidas do plano de carreira) ao dinheiro que restar na caixa do estado. Portanto, anula o acordo que colocou fim na greve passada.

A massiva assembleia da APP-Sindicato aprovou a pauta da greve, com vários itens, mas centrada na retirada das emendas da LDO contidas na mensagem 43, que afeta o cumprimento da data-base e na implantação e pagamento dos atrasados das progressões e promoções. Aprovou, também uma moção contra a repressão praticada por diretores aos estudantes de escolas ocupadas, na qual afirma que o movimento de ocupação é legítimo e conta com o apoio dos professores.

Porém, a greve estava condicionada à retirada da emenda 43. Diante da pressão do movimento grevista e, principalmente, das ocupações estudantis, Beto Richa aceitou retirar esse ponto, mas com o ultimato de que a direção suspendesse a greve. Por sua vez, a direção do movimento disse que encaminhará para a assembleia do dia 22 a proposta de suspensão.

Os grevistas devem rejeitar a proposta de fim da greve. Essa é uma manobra de Richa para conter o movimento unificado dos servidores públicos e enfraquecer as ocupações das escolas. A greve deve continuar contra todas as medidas que golpeiam o funcionalismo, os trabalhadores em geral e a juventude.

Beto Richa ameaça e pune estudantes e professores. Nossa resposta – greve com ocupação de escolas

Diante de 850 colégios estaduais, 11 universidades e 3 Núcleos de Educação ocupados e da greve dos professores, o governador desfechou um conjunto de ações repressivas. 1) obrigou o Conselho Tutelar a intervir nas escolas ocupadas, sob a máscara de verificação da segurança e integridade dos alunos; 2) decretou recesso escolar por uma semana e reposição de aulas no período entre Natal e Ano Novo, objetivando ganhar o apoio de uma parcela de pais, professores e estudantes que contavam com as férias; 3) eliminou o debate do programa Formação em Ação, temendo a proliferação de denúncias contra o governo e a reforma do ensino médio. Antes dessas medidas repressivas, tentou por via judicial arrancar os estudantes de escolas ocupadas na região de São José dos Pinhais, nas redondezas de Curitiba.

O governo do PSDB no Paraná é o mesmo de São Paulo. Age repressivamente contra todos os movimentos sociais, em particular, a luta dos estudantes contra as reformas educacionais. A suspensão da greve dos professores atuará em favor das medidas repressivas de Richa contra as escolas ocupadas. Está aí por que os estudantes e professores devem fazer parte do mesmo movimento: greve com ocupação de escolas.

O que levou às ocupações?

Os estudantes, desde o dia 3 de outubro, vêm ocupando as escolas em todo o estado. O movimento iniciou na escola Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais. Segundo a União dos Estudantes Secundaristas, UPES, já são mais de 800 ocupações. Trata-se da resistência contra a Medida Provisória 746, que impõe a reforma no ensino médio.

Por meio dessa Medida Provisória, o governo golpista de Temer desfechará um duro golpe aos estudantes e professores da escola pública. A reforma do ensino médio está sustentada em dois pilares: 1) na reorganização curricular; 2) no corte de recursos públicos para a educação. Sobre a chamada organização curricular, a MP requeira velhas propostas governamentais, cuja essência está na redução do ensino médio. De três anos, a “formação básica” passaria para um ano e meio. Depois, os estudantes seriam encaminhados para as tais “ênfases” (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências

Humanas ou formação técnico-profissional), a critério do sistema do ensino. Portanto, não é o aluno que escolhe o que vai fazer, mas sim o sistema de ensino que “oferece”, de acordo com as disponibilidades de recursos. Sobre a “formação técnico-profissional”, o problema é o mesmo. Depende do sistema de ensino e da vontade dos estudantes. Com o agravante de que o professor não precisa de certificação de graduação, bastando que comprove o “notório saber”. Ou seja, contratos precários a trabalhadores não vinculados à educação. Para isso, prevê as parcerias público-privadas. Uma forma de arrancar recursos públicos da educação e repassá-los para o setor privado.

Há um outro aspecto que se choca com uma boa parcela de jovens, que é a jornada integral de sete horas diárias. Objetivamente, esbarra em três obstáculos: 1) as condições precárias das unidades escolares; 2) os cortes de recursos à escola pública; 3) a situação econômica dos estudantes. Basta que lembremos que no Brasil há aproximadamente 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham. Sem dizer da parcela que está à procura de trabalho. O ensino integral de 7 horas implica expulsão de estudantes, demissão de professores, fechamento de escolas e eliminação do período noturno.

Os estudantes que estão ocupando as escolas trazem à tona as reais intenções da reforma do ensino médio, derrubando a máscara e a propaganda governamental de que se trata de uma reforma para corrigir os baixos índices de aproveitamento e os altos índices de evasão escolar. A vitória dos estudantes no Paraná projetará levantes e ocupações de escolas em todo o país para pôr abaixo a reforma que expulsa milhões de jovens das escolas e amplia a privatização no ensino médio.

Alckmin age com mãos de ferro contra os estudantes que ocupam escolas

O governo do PSDB tem desfechado um duro ataque aos estudantes que ocupam escolas. Os estudantes que ocuparam as quatro escolas e uma diretoria de ensino, agora em outubro, foram arrancados à força. Alckmin, sem mandado judicial de reintegração de posse, retoma o parecer da Procuradoria Geral do Estado, que “garante a autotutela dos prédios públicos”, para executar rapidamente o despejo dos estudantes, usando as forças policiais. Trata-se do mesmo mecanismo usado nas ocupações de novembro do ano passado e de abril desse ano.

Com o aparato policial e munido desse parecer, Alckmin prendeu os estudantes que ocupavam uma escola em Campinas, duas em Sorocaba, uma na capital e a diretoria de ensino Centro-oeste, também na capital. No total, foram quase 100 estudantes presos, uma boa parte era menor de idade. As prisões visam a enquadrar os jovens como criminosos, depredadores de prédios públicos e outras qualificações da mesma natureza.

Sobre a base da repressão, o governador tenta conter o descontentamento dos estudantes com a reforma do ensino médio e a PEC 241, que retira recursos da educação e da saúde. Para o totalitário Alckmin, a repressão é a forma de inibir novas ocupações. O discurso da Secretaria da Educação de que tem agido por meio do diálogo, para não repetir os acontecimentos do ano passado, evapora diante das cenas de repressão às ocupações estudantis. A máscara do PSDB vem abaixo com as ordens da Secretaria da Educação de que “não pactua com o impedimento de quaisquer aulas”. “Não pactuar” na linguagem do PSDB é arrancar e prender os estudantes.

Lições das ocupações passadas

Os estudantes devem aproveitar as lições do movimento de ocupação. Entre elas: 1) a necessidade de discutir coletivamente no interior das escolas para ganhar o apoio da maioria estudantil; 2) convocar as assembleias nas escolas e assembleias gerais; 3) fortalecer a constituição dos grêmios livres; 4) aprovar as reivindicações que unificam os estudantes, pais e professores. Nesse momento, trata-se da rejeição à reforma do ensino médio e os cortes de recursos advindos da PEC 241;

5) defender as ocupações como método de luta, combinando-as com as manifestações de rua; 6) as ocupações não devem ser ações passivas, restritas aos estudantes da unidade escolar; 7) rejeitar as posições de direções sindicais e estudantis que dizem que as greves e ocupações são pacíficas, porque isso imprime o conteúdo de passividade para esses métodos de luta.

A resposta às medidas antieducação de Temer/Alckmin exigirá a unidade dos trabalhadores da educação, estudantes e dos explorados em geral. Sem a greve, sem as ocupações, sem os bloqueios de avenidas e estradas, não tem como se impor a derrota à reforma do ensino médio e à PEC 241. Está aí por que as experiências e lições passadas nos ajudam a potencializar o combate.

A maior lição das ocupações de São Paulo

O movimento que se alastrou para cerca de 250 escolas e ganhou as ruas, no final do ano passado, contando com o apoio dos professores e pais obrigou o governador Alckmin a fazer um recuo. Nesse sentido,

Ceará

Corrente Proletária Estudantil realiza ato contra reforma do ensino médio na escola Castelo Branco

No dia 28/09, foi realizado no pátio da escola estadual Castelo Branco o ato contra a MP 746 do MEC, que estabelece a reforma do ensino médio do governo antinacional e antipopular de Temer. O ato foi organizado pela Corrente Proletária Estudantil (CPE), que faz parte do Grêmio, e contou com a participação de dezenas de alunos e alguns professores. Foi distribuído um manifesto e organizados cartazes. A CPE denunciou a reforma do ensino médio como reacionária, pois retira disciplinas como filosofia, artes e sociologia; tecnicifica o ensino médio, reforçando o papel de meros trabalhadores manuais a que são destinados os filhos do proletariado que frequentam a escola pública; e prevê a obrigatoriedade do estudante nos dois turnos na escola (tempo integral) convertendo-a num “depósito de alunos”. O ato também contou com a presença do

a luta foi vitoriosa. No entanto, o movimento de ocupação terminou dividido e desorganizado. O fato de não ter constituído organismos que mantivessem vivo o movimento, para enfrentar uma nova etapa da luta que certamente viria, permitiu que Alckmin retomasse a “reorganização escolar” por outra via, ainda que mais limitada.

As ocupações de abril de 2016, assim, não puderam aproveitar as experiências do movimento anterior. E não puderam contar com uma organização do movimento secundarista em geral. Essa falha se deveu ao domínio, de um lado, do voluntarismo anarquista e, de outro, do burocratismo da UPES.

Os estudantes do Paraná precisam olhar para essa experiência e não repetir os erros. Trata-se de constituir um comando que unifique todas as ocupações e organizar em todas as escolas ocupadas o grêmio independente. Foi essa linha que o POR e a Corrente Proletária da Educação defenderam e trabalharam por ela no movimento de ocupação de São Paulo. O Folheto que publicamos contém essa rica experiência. Entendemos que deve ser lido e discutido nas ocupações.

agrupamento Núcleo Popular, uma dentre as várias juventudes do PT, que desgraçadamente tem atuado no movimento estudantil tentando aparelhá-lo (como ocorreu durante a ocupação da escola) e colocá-lo a reboque do eleitoralismo. Esta mesma juventude se colocou, durante o período final da greve de 109 dias da rede estadual, em defesa do sindicato Apeoc (PT) que reprimiu e agrediu com seus seguranças e diretores, a professores e estudantes!

O ato no Colégio Castelo Branco foi vitorioso e marca o fortalecimento do movimento estudantil contra as investidas da SEDUC/direções de escola. É preciso organizar a juventude na luta em defesa da escola pública e contra os ataques dos governos. Essa organização passa pelo fortalecimento da CPE e pela denúncia implacável das juventudes petistas traidoras.

Ato contra a PEC 241 em São Paulo

Aconteceu no dia 17 de outubro, o ato contra a PEC 241 na cidade de São Paulo. O ato foi chamado, principalmente, pela “Frente Povo sem Medo” e movimentos sociais como MTST. Sua concentração ocorreu às 18h no vão livre do MASP, na Avenida Paulista.

A PEC 241, na sua essência, prevê o corte de gastos com setores da saúde e educação por 20 anos. É um grande ataque às massas.

Apesar disso, a manifestação estava esvaziada e com pouca representatividade das correntes e partidos de esquerda. A convocação, pelas redes sociais, não conseguiu atingir os trabalhadores. Havia uma pequena parcela da juventude que respondeu ao chamado, mas que também não engrossou o ato ao ponto de transformá-lo numa grande manifestação contra os

ataques que estão por vir.

As centrais e sindicatos não compareceram. O MTST permaneceu apartado do ato até que este começasse a caminhar.

As palavras de ordem reduziram-se a um “FORA TEMER”, descolado das reivindicações.

O trajeto da passeata foi restringido pela polícia que delimitou o caminho para onde deviam seguir os manifestantes. O percurso, que tinha como fim chegar até à sede da Federação dos bancos, na avenida Brigadeiro Faria Lima, passou por ruas e avenidas que não permitiram uma maior visibilidade da manifestação. A passividade deu o tom do ato.

A “frente povo sem Medo”, composta pelo PT, PSOL e movimentos sociais mostrou sua fragilidade e limite diante de um contexto de medidas extremas do governo

contra os trabalhadores.

O POR compareceu ao ato com seu manifesto ABAIXO A PEC 241, denunciando todos os malefícios que esta irá causar. Mostrou o erro que a disputa eleitoral pode levar, como perda de direitos, empregos e salários.

É preciso construir uma FRENTE ÚNICA SINDICAL que reúna a classe operária, trabalhadores em geral, estudantes, sindicatos e centrais. Somente dessa forma será possível enfrentar as medidas de ataques aos explorados.

A “Frente Povo sem medo” é eleitoreira. Não aglutina os trabalhadores. A bandeira de Fora Temer não é revolucionária. Representa a troca de um governo burguês por outro. É necessário dizer Abaixo o governo Temer, pela construção do governo operário e camponês. Essa é a saída revolucionária diante da crise instalada.

Rio Grande do Norte

A LUTA CONTRA A PEC 241 NA UFRN

A pauta contra a PEC 241 tem sensibilizado uma significativa parcela da comunidade universitária, principalmente estudantes, e tem empurrado as categorias a se posicionarem quanto ao ataque do governo golpista.

Estudantes encampam a luta

Há muito tempo que não se viam assembleias estudantis massivas. No dia 13/10, no setor 2, uma assembleia com inicialmente cerca de 350 estudantes deliberou, quase por unanimidade, a favor da greve estudantil. Numa segunda assembleia, no dia 18/10 (terça), que inicialmente contava com cerca de 800 estudantes, reafirmou a greve estudantil e deliberou por uma ocupação no Departamento de Artes, para na semana seguinte se dirigir a ocupar a reitoria.

Há que se interpretar o que significa essa votação da “greve” em abstrato. Demonstra, por um lado, uma disposição de luta de uma parcela significativa dos estudantes em realizar uma greve contra a PEC 241, e, por outro lado, há um forte entendimento de uma greve estudantil que acompanhasse a dos docentes, sob uma expectativa de que os docentes entrariam em greve. Porém, na segunda assembleia, mais massificada, observou-se um fortalecimento da tendência dos estudantes tomarem a frente da luta. Além disso, o movimento estudantil não conta com uma direção capaz de materializar essa vontade da base, e encontra na direção majoritária do DCE (JPT) um freio para seu instinto de luta, pela sua política de conciliação de classes.

Cabe destaque para um setor minoritário dos estudantes que se tem organizado para ir às assembleias defender contra a interrupção das aulas, se auto denominando como movimento “UFRN democrática”. Defendem um plebiscito via “SIGeleições” (internet) para que decida a greve e a ocupação, argumentando que seria uma forma mais democrática dos estudantes decidirem (“300 não decidem por 30000”). Coube aos estudantes fazerem a defesa da soberania da assembleia, como um espaço aberto para todo estudante que quiser participar e interferir nas decisões, onde são colocadas propostas, discutidas e votadas. Trata-se do método da democracia operária, onde se discute e delibera, e os mesmos que votam são os que executam, submetidos à decisão da maioria.

ADURN (docentes) não decide pela greve

Na quarta (19/10), ocorreu a assembleia da ADURN no setor 2, que contou com cerca de 50 professores e com um significativo público de estudantes. Muito foi falado pela direção da ADURN de que os professores “realizariam a greve”, de um “indicativo de greve para o dia 11/11”, etc. Tanto palavreado que só nutriu esperanças nos estudantes de que a direção da ADURN se colocava por uma greve dos docentes de fato. Porém, o que estava colocado concretamente era a política do PCdoB/PT de conciliação de classes e submissão do movimento à pressão parlamentar, o que implica em realizar algumas paralisações pontuais como forma de sustentar a disputa eleitoral por dentro do parlamento.

Utilizando-se de um artifício estatutário defendido pelo próprio PCdoB de que toda decisão sobre “greve” deve ser submetida a um plebiscito via internet, sob o argumento de ser mais democrático, e colocando um “indicativo de greve” para o dia 11/11, quando se trata de paralisação, a direção da ADURN manobrou freando qualquer mínima tendência de luta dos docentes,

como a de uma proposta de comando unificado com os estudantes, que sequer foi votada. Nota-se que a direção da ADURN (PCdoB) compactua com os mesmos argumentos dos estudantes do “UFRN democrática”. Dessa forma, nada se tirou de concreto na assembleia da ADURN no sentido da unidade com os estudantes, uma vez que se votará apenas uma paralisação de 1 ou de 7 dias, via plebiscito.

Direção do SINTEST (PSOL) manobra contra assembleia unificada

A assembleia dos técnicos-administrativos ocorreu no dia 20/10 (quinta), no pátio da reitoria, tendo como principal pauta o indicativo de greve. A decisão final foi de se chamar uma nova assembleia dia 24/10 (segunda), com novo indicativo de greve.

A direção (PSOL) fez a defesa de que não se deveria sair com uma greve isolada da FASUBRA, e por isso o SINTEST não deveria entrar em greve, mas realizar uma agenda de paralisações e atos. O MAIS não apresentou nenhuma perspectiva de resposta diante da conjuntura, mas apenas advertiu a categoria dos riscos de uma greve isolada, mas caso a categoria aprovasse não se colocaria contra. Coube ao PSTU defender a proposta de uma greve “por tempo determinado, até o fim da tramitação da PEC no Senado”, sob a avaliação de que uma greve da FASUBRA poderia puxar as demais categorias do funcionalismo para a greve unificada; o PSTU defendeu claramente que se tratava de uma pressão parlamentar, a fim de tentar arquivar a PEC.

A CPE/POR fez a defesa de que não se tratava de o SINTEST entrar em greve sozinho, mas sim de construir a mais ampla unidade, dentro e fora da UFRN. Fora, junto com os demais servidores, estudantes e demais explorados do RN, paralisando no dia seguinte (21/10) e convergindo forças na assembleia unificada na praça cívica de Petrópolis, a fim de deliberar pela greve unificada. Dentro, por meio de uma assembleia unificada dos três setores, dia 24/10 (segunda, dia em que os estudantes ocupam a reitoria), no pátio da reitoria, com indicativo de greve unificada e que deliberasse por ações conjuntas, de forma a potencializar as tendências de luta presentes nas três categorias, mas principalmente nos estudantes. Dessa forma, o SINTEST estaria dando um exemplo na FASUBRA de por onde deve ser construída a greve para derrotar o ataque do governo. Além disso, uma greve por tempo determinado até o fim da tramitação da PEC é uma greve derrotada, uma vez que o fim da tramitação da PEC significa a aprovação da mesma, ainda mais quando põe em prática uma tática conciliatória e de subordinação ao calendário do parlamento.

No fim das contas, a proposta do PSTU foi derrotada e a direção do SINTEST (PSOL) manobrou com a proposta da assembleia unificada, transformando-a em uma assembleia restrita da categoria, dia 24/10. Utilizou-se do argumento corporativista de que as decisões sobre a greve sempre foram tomadas pela assembleia da categoria. Acontece que as deliberações de uma assembleia unificada não são impositivas para as categorias, e nada impede que chamem depois suas assembleias particulares. Porém, seria um retrocesso corporativista uma categoria se destacar e não se submeter às decisões de uma assembleia unificada, uma vez que esse é o único caminho para se construir a unidade efetiva dos que compõem a comunidade universitária contra os ataques do governo golpista, e na qual não se distingue se é docente, ou estudante, ou

terceirizado, etc, uma vez que todos têm igual poder de decisão. A assembleia unificada coloca o combate de conjunto à reitoria e rompe com o corporativismo das direções.

Conclusão

Diferente de outros momentos em que os técnicos e docentes se movimentaram por questões salariais, o que tem empurrado, nesse momento, as categorias para tomarem um posicionamento tem sido uma pauta política (da política econômica para ser mais específico), que é a PEC 241. Percebe-se que os estudantes têm sido mais sensíveis e uma significativa parcela tem se mostrado disposta a reagir frente a esse enorme retrocesso que está colocado. O movimento estudantil tem sido até agora, na UFRN, o principal protagonista na luta contra a PEC, e cabe aos docentes e funcionários se unirem a essa luta com os estudantes, de modo a potenciar as tendências de luta na universidade. O caminho é o das assembleias e comandos unificados, e de uma pauta única de reivindicações.

Mobilização no Instituto Federal campus Caraguatatuba

No dia 29 de setembro, o IFSP de Caraguatatuba paralisou suas atividades para debater a PEC 241, que congela os gastos com o setor público, e a Reforma do Ensino Médio (MP 746). Foi organizado por professores, direção da instituição, técnico-administrativos e o Diretório Acadêmico (DA). Foram apresentados os impactos que acontecerão se forem aprovadas tais medidas do Governo Federal. Ficou claro que se tratam de duros ataques. A discussão aconteceu nos períodos da manhã, tarde e noite, com encaminhamentos de propostas em respostas aos ataques. Isto é, o caráter que tinha o debate tomou corpo de uma assembleia.

A questão mais importante e que foi colocada nos três períodos foi a de ocupar o Instituto, proposta esta feita pela direção do DA (dirigido pela UJS). Na manhã e tarde, foi majoritariamente aprovada. A noite, a maioria foi contra. No total foram 180 a favor, 80 contras e 48 abstenções, somando um total de 308 votantes. Fato é que a direção do DA não cumpriu a decisão da maioria em assembleia. Passaram por cima da decisão coletiva dos estudantes, que é expressão máxima em assembleia, pois esta é soberana.

É preciso combater esta medida da direção do DA em quebrar a democracia estudantil, chamando uma assembleia para discutir esta arbitrariedade e os problemas estruturais que nós estudantes passamos, como a falta de restaurante universitário, moradia

É sabido que a maior parcela dos estudantes, funcionários e professores não se movimentam pela pauta política da PEC, se mantendo na passividade ou indiferentes. Porém, não deixa de ser importante que um significativo contingente, principalmente de estudantes, esteja reagindo a isso. Trata-se de aproveitar esse movimento que surge por uma luta defensiva contra essas medidas de política econômica do governo para generalizar a mobilização para a massa dos estudantes, professores e funcionários, construindo uma pauta de reivindicações partindo das assembleias unitárias nos cursos e setores, que englobe desde as reivindicações mais gerais e políticas até as mais sentidas e imediatas, o que vai levar inevitavelmente a comunidade universitária a se chocar com o Estado burguês e a burocracia universitária, e enxergar que não há outro caminho senão o do governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária, com voto universal, e o da unidade com os demais setores dos explorados sob a estratégia do proletariado, do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

para todos e passe livre estudantil.

Na semana seguinte, foi divulgado um calendário de mobilização feita por uma comissão dos três setores da instituição, que abarcava os dias 10 e 11 de outubro. No dia 10, ocorreram palestras sobre temas como “ Escola Sem Partido”, “notório saber”, a PEC 241 e a MP 746, com pouca adesão dos estudantes. Já no dia 11, houve uma manifestação que se dirigiu até a cidade para se concentrar no centro, denunciando e esclarecendo para a população sobre os ataques do Governo Federal. A direção do DA reiterava que a manifestação não se tratava de um ato político ou contra o governo Temer, apenas contrários a PEC 241 e a MP 746, sem denunciar quem está por trás dos ataques.

Para que derrotemos os ataques dos governos e sua política, é preciso unir forças com os demais setores (técnico-administrativos e professores). O movimento estudantil em seu conjunto não pode ficar limitado apenas em si, tem de se unir aos petroleiros, servidores públicos, professores, operários, etc., atuando em uma frente única. A exemplo dos que chamaram a paralisação no Instituto Federal em uma decisão dos três setores na universidade. A experiência recente dos estudantes secundaristas de São Paulo mostra que só o enfrentamento, de forma conjunta, com os métodos da ação direta (Assembleias, atos, manifestações, ocupações, etc.) é capaz de garantir a vitória do movimento.

Ceará - Eleições para o Sindiute:

Articulação/PT fraudada mais uma vez o processo eleitoral para obter maioria

Denunciar nas bases a burocracia governista e suas sujas manobras!

Nos dias 26 e 27/09, ocorreram as eleições para o Sindicato União dos Trabalhadores em Educação (Sindiute). Cerca de 5.000 professores participaram da votação. O Resultado foi o seguinte:

Chapa 1 (Articulação/PT) obteve 2.486 votos (50,41%)

Chapa 2 (Corrente O Trabalho, Articulação de Esquerda) obteve 1.186 votos (24,05%)

Chapa 3 (POR, PSTU, MAIS, PSOL, LBI e independentes) obteve 1.262 (25,53%)

A Chapa 1 composta pela atual diretoria teve apoio financeiro e político da CUT e da CNTE, além de utilizar dinheiro do

sindicato e funcionários para fazer campanha nas escolas. Controlava a comissão eleitoral em sua totalidade (5 membros) e impôs desde o último congresso da categoria (junho de 2015) regras mais duras para a formação de chapas de oposição. Entre elas a elevação do quórum mínimo a ser atingido por cada chapa para ter direito a assento na diretoria (que passou de 10% para 20% dos votos) e o aumento inexplicável do número de candidatos na chapa (que passou de 44 para 78 nomes). Mesmo com estas dificuldades suplementares foi possível à Chapa 3 conseguir se formar e inscrever-se de última hora. Vale destacar que, desde

2008, o POR fez diversos chamados às organizações que se reivindicavam do campo classista e do socialismo, para a discussão de um programa e a organização de chapa conjunta. O PSTU que sempre os rechaçou para formar chapa própria, desta vez correu a conchamar a unidade pela razão de que fora fraturado pelo setor que deu origem ao MAIS e porque não tinha certeza de atingir, sozinho, 20% impostos pela burocracia petista. Apenas por isso aceitou a proposta de unidade.

A Chapa 3 expressou o descontentamento e a rejeição de parte da categoria à atual diretoria ligada à Articulação/PT que, no seu governismo descarado, chegou a gravar propaganda de TV para Ivo Gomes, o candidato da oligarquia Ferreira Gomes em Sobral! O ódio de grande parte das escolas, sentido pela chapa 1, a fez recorrer ao uso dos votos do interior nas eleições. Com o chancelamento da comissão eleitoral, foram enviadas urnas para 20 municípios do interior num sindicato cuja base territorial é apenas Fortaleza. Além disso, os votos de professores do estado filiados também seriam aceitos. Dessa maneira, ficou efetivado o primeiro golpe da diretoria nas eleições. O segundo consistiu em “descobrirem” 10 urnas que ainda não haviam sido contabilizadas no mapa de apuração quando esta tinha acabado de encerrar-se. O terceiro golpe resumiu-se a “descobrirem” mais 6 urnas não contabilizadas três dias após o encerramento da apuração! Quando os representantes das 3 chapas já haviam assinado a ata final comprometendo-se a não contrariar os resultados. As 6

urnas recheadas de votos na Chapa 1 lhe deram a diferença suficiente para que pudessem ter margem de fazer as duas primeiras escolhas dos cargos, deixando à Chapa 3 a terceira pedida.

A burocracia sindical não podia permitir que outra chapa se apossasse de um dos dois cargos mais importantes: presidência e tesouraria. Ela precisava de ambos para controlar a máquina com mão de ferro. Os votos obtidos pela chapa 3 lhe permitiam o direito de segunda escolha na distribuição dos cargos, ou seja, de apoderar-se de um destes cargos. Por isso, a burocracia efetuou uma grotesca fraude. O PSTU, porém, não está disposto a denunciar a manobra infame, pois quer apenas a liberação sindical a que a Chapa 3 tem direito das 5 disponíveis para o sindicato. Antes mesmo da manobra final da burocracia, já haviam vencido votação no interior da Chapa 3 (9 votos a 6) de que não se apoderariam das finanças, mas apenas da liberação sindical e entregando voluntariamente o controle da máquina sindical à Articulação.

A capitulação do PSTU diante da burocracia exige que se denuncie a convivência dos centristas. A transformação da antiga chapa 3 em uma frente de atuação comum contra a burocracia tende a estabelecer o campo onde o POR deve fecundar as ideias revolucionárias e acumular forças para reconstruir a corrente proletária na educação. A experiência com a nova gestão será vital para não apenas mostrar a traição das correntes petistas como a oposição inconsequente do centrismo burocrático.

Rondônia

A barbárie nos presídios

No Brasil, as rebeliões em presídios viraram rotina, culminando quase sempre em carnificina. Conflitos entre detentos mostram a precarização do sistema carcerário. Os presídios estão superlotados de pobres, convivendo com toda sorte de desgraça e repressão.

O recente acontecimento no presídio de Ênio Pinheiro, em Porto Velho, o segundo sistema prisional com capacidade para 200 presos e se encontrava cerca de 730 presos no momento da rebelião, na madrugada entre o dia 16 e 17 de outubro, teve como causa as condições bárbaras da superlotação. Foram oito jovens que tiveram suas vidas ceifadas, que, além de torturas, morreram carbonizados.

A imprensa esconde o fundamental dessas rebeliões. Soubemos, por meio de membros de suas famílias, que se tratavam de jovens trabalhadores desempregados que caíram na desgraça do roubo e das drogas. Foram presos, viviam o martírio do cárcere e da marginalidade no interior da cadeia. Mas a imprensa monopolista, que acoberta a desgraça dos presídios, mostrou que as rebeliões se deram em função de briga entre facções, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho CV), organizadas para a violência e domínio de fronteiras e cidades em torno do

tráfico de drogas. Procurou vincular os acontecimentos de Porto Velho aos de Rio Branco, como desavenças entre bandos marginais pelo controle do tráfico de drogas. Assim, todas as 31 mortes, para a imprensa e seus porta-vozes, se deram em função das disputas entre quadrilhas nos presídios.

Em São Paulo, a rebelião no presídio de Franco da Rocha foi apresentada como uma reação à transferência de detentos. Alckmin procurou desvinculá-la das outras rebeliões e justificar a repressão desfechada aos detentos que fugiram, que foram caçados como bichos noite a dentro, como um mal necessário.

Os explorados devem prestar atenção nas causas que levam milhares de jovens à prisão e na política da burguesia e seus governos diante do crescimento da marginalidade. A burguesia responde com a criminalização, prisão e repressão. Os explorados, que muitas vezes vêem seus filhos e familiares se envolverem com a marginalidade, devem responder exigindo dos governantes emprego a todos, salário compatível com as necessidades de uma família e direito aos jovens aos estudos. Devem denunciar as barbaridades dos presídios, onde se gestam as condições para que detentos eliminem seus colegas detentos e onde a repressão policial é cruel.

Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte de SP realizou debate sobre a Lei Antiterrorismo e a Criminalização dos Movimentos Sociais

O Fórum dos Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos Sociais do Litoral Norte de SP realizou no dia 06/10, na subsele da APEOESP de Caraguatatuba, um debate sobre a Lei Antiterrorismo e a Criminalização dos Movimentos Sociais.

No início, um membro da Corrente Proletária na Educação fez uma exposição geral demonstrando que a violência tem a sua raiz na exploração, já que dela decorre a necessidade da dominação ide-

ológica e repressiva. Neste sentido, a história da sociedade de classes, que inclui a capitalista, é a história da violência reacionária das classes dominantes contra os dominados e da resistência destes. Analisando concretamente a Lei Antiterrorista, promulgada pelo governo do PT em 2016, constatou-se que a mesma foi aprovada como uma imposição do imperialismo e que poucos meses depois de sua entrada em vigência já serviu de instrumento de persegui-

ção aos movimentos sociais, como no caso dos dirigentes do MST Valdir Misnerovicz e Luiz Batista Borges, que ficaram quase seis meses presos com base na dita legislação.

O debate apontou que a perseguição aos movimentos sociais se realizada de diversas maneiras: processos administrativos, demissões, ameaças, multas a sindicatos, interditos proibitórios, assassinatos, etc. Destacou-se a experiência recente na região: demissão de professores grevistas em 2012 no município de Ilhabela; na combativa greve de 1992 do magistério paulista foram aplicadas multas milionárias à APEOESP em caso de realização de atos em avenidas, proibição dos comandos de greve entrarem nas escolas e a abertura, posterior à greve, de diversos processos administrativos disciplinares contra os grevistas; interditos proibitórios na greve dos petroleiros no final de 2015 e destituições de grevistas de cargos de comissão; interditos proibitórios na greve deste ano dos bancários, etc.

Balanços das esquerdas sobre as eleições

Dos balanços das correntes que se postulam trotskistas, socialistas, comunistas, etc. escolhemos os que nos permitem mostrar quais os acordos e as divergências fundamentais, visando assim a ter uma visão de conjunto sobre suas caracterizações e formulações.

PSOL

Na nota *“Um recomeço para a esquerda”* (11 de outubro), a Executiva Nacional destacou a *“excepcionalidade”* das eleições, por serem marcadas pelo impeachment e pelo domínio dos partidos burgueses. Assim como as *“mudanças na legislação eleitoral”* impediram à legenda concorrer em igualdade de condições, favorecendo que *“o discurso conservador contra a esquerda”* cativasse o eleitorado. Finalmente, que a derrocada do PT, *“sem dúvida, atinge toda a esquerda, mesmo que setores, como PSOL, nada tenham a ver com os erros cometidos”*.

Quanto às abstenções, votos nulos e brancos apenas são indicados como uma expressão da *“descrença”* do eleitorado que tinha o PT como *“referência”* de um governo de esquerda.

O PSOL almejava aproveitar a queda do PT e a rejeição popular a Temer para crescer eleitoralmente. Assim, adequou seu *“programa”* à classe média desencantada com os partidos da situação e oposição. Mas, o caudal eleitoral nacional do PSOL se reduziu.

No entanto, segundo a Executiva Nacional, o PSOL saiu vitorioso. E por quê? Por que *“se conquistaram uma maior quantidade de vereadores”*. Entretanto, permanece o entrave de colocá-lo em melhores condições para as eleições de 2018. Está aí por que acredita que se ganhar no Rio de Janeiro avançará em sua política voltada a galgar postos no Estado burguês. Com Marcelo Freixo no governo, o PSOL acredita que poderá demonstrar que um *“governo de esquerda”* pode administrar o Estado e ao mesmo favorecer os mais pobres. E por essa via afirma que fortalecerá o *“polo aglutinador do voto de esquerda que deseja mudanças e acredita numa nova etapa da luta pela democracia e justiça social no Brasil”*.

Como se pode ver, o PSOL cultiva as mesmas ilusões do PT, quando despontava como força eleitoral. Com a diferença que não tem nenhum Lula para enganar a classe operária e atrair as camadas pobres da classe média. O que o obriga a adotar parte do programa e dos métodos de construção do PT. As alianças com os partidos da ordem burguesa, a defesa dos lucros capitalistas, *“se eficazmente fiscalizados e distribuídos”* aos mais pobres, a aceitação das terceirizações, etc, a admissão das UPP, desde que humanizadas, são a mais clara expressão desse percurso.

Concluiu-se que as classes dominantes se utilizam de todos os meios possíveis para oprimir e conter a luta de classes. Para isto utilizam tanto a violência legalizada, como por exemplo a Lei (Anti) Greve, como a violência ilegal, como no caso dos assassinatos, muito frequentes no campo.

Ao final foram aprovadas as seguintes bandeiras, que serão incorporadas ao programa do Fórum:

- Contra toda e qualquer discriminação e opressão!
- Em defesa do direito irrestrito de greve e de manifestação!
- Pela autodefesa dos movimentos sociais!
- Abaixo a Lei de (anti)Greve!
- Abaixo a Lei Antiterrorismo!
- Pelo readmissão dos metroviários e de todos os lutadores demitidos!
- Pelo fim de todos os processos contra os lutadores!

MES

Em um extenso balanço (*“Eleições 2016: uma primeira leitura de balanço e perspectivas”*, de 14 de outubro de 2016), se caracteriza a eleição como determinada pelo *“fim de ciclo”* do PT. E que os resultados indicaram uma vitória da *“agenda conservadora do governo Temer e o domínio burguês”*.

Duas condições são destacadas: as restrições presentes na Lei eleitoral e a desagregação burguesa do PT, que *“custou caro para o conjunto das forças democráticas radicais nessa eleição”*.

Porém, uma vitória do Freixo *“ajudaria”* à mudança nessas desfavoráveis correlações de força. Trata-se, portanto, de que o segundo turno em Rio de Janeiro se converta *“no lugar privilegiado de recomeço da chamada esquerda brasileira”*. Assinala que se abriria *“uma etapa como foi a de 1988, quando o PT expressou politicamente o ascenso e a busca por novos modelos políticos”*.

No entanto, um poderoso bloqueio se ergue nesse caminho. Isso explica a particular relevância que o MES dá ao abstencionismo, aos votos em branco e nulo. Seu crescimento indica a *“dificuldade das massas encontrarem um canal positivo de descontentamento”*. A tarefa do PSOL, portanto, não é o de se apoiar nesse descontentamento para organizar a luta de classes, mas sim para canalizá-la como voto na esquerda.

O MES propõe assim aprofundar os esforços eleitorais e achar os meios para superar esse bloqueio. Essa foi a via ensaiada em Porto Alegre por Luciana Genro, que chegou a defender as PPPs (terceirizações). Porém, não foi suficiente para apresentar uma *“alternativa de esquerda, renovada e contemporânea, com capacidade de disputa do poder local”* e aproveitar, assim, a *“brecha para a conquista da prefeitura”*.

Resta, felizmente, para o PSOL, a sorte de a crise política no Rio de Janeiro abrir uma *“brecha”* para a candidatura de Freixo. É o que sobrou para justificar a política de constituir uma *“alternativa de esquerda, para além do PT”*. Entretanto, uma *“alternativa de poder”* no campo da democracia burguesa exige se afundar nas práticas e métodos desse. É o que se observou em Freixo e Genro de ampliar as alianças fisiológicas e avançar rumo ao *“programa”* pro-burguês.

MAIS

O balanço do MAIS se resume nas afirmações: *“A direita avançou”*, o PT *“sofreu um tombo histórico”*, o *“crescimento do PSOL expressa uma reorganização política na esquerda brasileira”* e que, no segundo turno,

no Rio de Janeiro, se definirá a “batalha contra a direita” e as vias de “superação do petismo pela esquerda”. (“Eleições 2016: vitória da direita e reorganização na esquerda”).

Para o MAIS, a direita “ganhou influência não somente em setores médios da sociedade, mas também em amplos segmentos da classe trabalhadora”. Isso porque “As traições do petismo deram base à ofensiva reacionária que assistimos nesse momento”. De forma que se coloca a “superação do petismo do ponto de vista programático e estratégico”. O aspecto fundamental das eleições, porém, estaria em que “Setores amplos de trabalhadores e da juventude, as camadas mais conscientes e desiludidas com o PT, buscam uma nova alternativa à esquerda”. E a vitória de Marcelo Freixo e a constituição no Rio de Janeiro de um governo “aliado” aos explorados e oprimidos “é a forma de superar a experiência do petismo pela construção de algo verdadeiramente novo”.

Como se vê, a maior preocupação está em capitalizar eleitoralmente a ruptura de setores das massas com o PT. Os anos de “marginalidade” eleitoral empurram os eleitores à tentativa de crescer sobre os despojos petistas. O que exige ajustar o programa fazendo da “alternativa de esquerda” uma proposta palatável à classe média e às massas iludidas com a possibilidade de que um “governo de esquerda” triunfará aí onde o PT falhou: realizar as “reformas radicais” na economia e no Estado.

Nota-se que a ruptura interna do PSTU espelhou as pressões democratizantes de setores da pequena burguesia desiludidos com o PT, de um lado. E, de outro, a fração interna que exigia avançar ainda mais na trilha do oportunismo eleitoral.

O fundamental está em que o MAIS é incapaz organicamente de expressar as tendências mais progressistas contidas na rejeição instintiva da democracia burguesa que se manifestaram na expansão das abstenções e votos nulos e brancos. Não por acaso esse fenômeno apenas é citado de passagem.

PSTU

Segundo os morenistas, as eleições expressaram “a profunda insatisfação da população com os governos e com regime político”, a “ruptura dos trabalhadores com o PT” e o fortalecimento do PSDB “com o aumento dos nulos, brancos e abstenções e (...) uma fatia do voto castigo contra os petistas”.

Mas, dentre todos os aspectos, destacam-se dois: nas eleições ganhou o “voto em ninguém” e “os trabalhadores não foram derrotados nas eleições”.

O crescimento das abstenções e dos votos nulos e brancos seria um “eco” da palavra de ordem “eles não nos representam”, de junho de 2013. E questionaria “o mito da democracia burguesa, da mudança através do voto”. De forma que “a correlação de forças será decidida nas lutas”, uma vez que “o terreno da classe trabalhadora não são as eleições burguesas, mas a luta direta das massas”.

Certamente, o “eco” do “não nos representam” se manifestou, em grande parte, no apoio aos partidos golpistas (o PT “não representava” os interesses de uma importante camada da classe média). Uma pequena minoria que “não eram representados” pelos partidos da ordem burguesa apoiou a política democratizante de reformistas e centristas, como no caso do PSOL e PSTU.

Por sua vez, o avanço dos golpistas mostra que a democracia burguesa não é “um mito”. Mas, “uma realidade” que expressa o domínio da burguesia. E é também “real” para os explorados que sentirão na pele quando os governos eleitos descarregarem os ataques contra suas condições de vida.

De outro lado, a afirmação de que “os trabalhadores não foram derrotados nas eleições” significa ocultar o fato de que esses se submeteram às movimentações da disputa-interburguesa e se subordinaram à via da democracia burguesa. Assim, procura ocultar a bancarrota eleitoral da organização das esquerdas democratizantes.

O desastre do PSTU foi, sem dúvida, a política morenista de constituir uma “alternativa eleitoral de esquerda”, que concorresse com o PSOL. Nas condições de isolamento e fraqueza organizativa, os morenistas não tiveram como sustentar os apoios eleitorais do passado. É claro que não se trata de desprezar a nova situação criada pela vitória da reação golpista.

Finalmente, o PSTU chama a votar criticamente no Freixo sob o argumento de que “o PSOL nunca foi governo e, neste segundo turno no Rio de Janeiro, gera expectativa em parcelas expressivas de trabalhadores que querem votar em Freixo para derrotar eleitoralmente Marcelo Crivella (PRB)”. Sua vitória no segundo turno, portanto, compareceria como “uma grande vitória” para a esquerda. Os morenistas sempre encontram uma justificativa para seu arrivismo democratizante. No passado, usaram argumentos semelhantes para apoiar figuras execráveis do PT.

Em outras palavras: o PSTU se coloca por ajudar a desenvolver a experiência das massas com um “governo de esquerda” eleito e sob o controle dos reformistas que se propõem a radicalizar a democracia burguesa e aprofundar as reformas. Isto é: por submeter parcelas da vanguarda e das massas às ilusões democráticas da possibilidade de transformar e reformar o Estado burguês. É provável que se utilize dessa manobra para deixar uma janela aberta à Frente de Esquerda em 2018.

MRT

Os neo-morenistas destacam que as eleições foram marcadas “pelo crescente descrédito com aumento do não-voto e do voto nulo, fortalecimento da direita neoliberal e especialmente marcada pela decadência do PT”. Esses dois últimos seriam um reflexo do impeachment, da corrupção do PT, da “mini-reforma política de Cunha” e do domínio da mídia monopolista nas campanhas.

No entanto, o aspecto decisivo para o MRT é que “A maior taxa de votos nulos mostra uma posição de repúdio consciente aos partidos tradicionais”. O que indicaria “despolitização por um lado, mas também um avanço na crise de representação”. (grifos nossos).

O avanço de Marcelo Freixo para o segundo turno no Rio de Janeiro expressaria “um dos melhores resultados da esquerda no país”. E sua vitória teria “um impacto e relevância para toda a esquerda do país”. Isso porque “há também setores massivos que rompendo com o PT buscam alternativas à esquerda”. Está aí por que “o terreno à esquerda existe para quem souber aproveitá-lo”.

Mas, alerta que um “programa” de esquerda exige “deixar de lado qualquer utopia de reforma ou ‘humanização’ do sistema capitalista”. Eis sua preocupação com a aliança de Freixo com o PSDB e o PSB para o segundo turno, o que não abriria “caminho a uma política de independência de classe”. Para o MRT, se trata de adotar “uma estratégia de classe de enfrentamento com a burguesia (...) em direção a um verdadeiro governo dos trabalhadores de ruptura com o capitalismo”.

Nota-se que com esse palavreado de esquerda democratizante o MRT se coloca na rabeira do PSOL, que promete realizar as reformas e democratizar “radicalmente” a democracia oligárquica burguesa, promessas essas copiadas do PT.

O MRT então chama a apoiar Freixo, que, se eleito, poderia constituir “um ponto de apoio para construir uma grande força anticapitalista,

operária e socialista, não só no Rio, mas em todo o país". E promete participar "sem nenhum sectarismo (...) desse movimento, já que confiamos que os trabalhadores e jovens que votam nele podem avançar nesse sentido". Assim, o MRT acaba enfiado na mesma vala comum dos centristas que advogam a possibilidade de um governo de esquerda, constituído pela via democrático-burguesa, vir a ser um instrumento dos explorados e da estratégia revolucionária de poder.

O Trabalho

O balanço dos lambertistas afirma: o "maior derrotado" foi o PT. Porém, "não houve a cantada ascensão do PSOL como 'herdeiro' do PT" nem foi a direita a ganhadora. Mas "a soma da abstenção, do voto em branco e do voto nulo, que beira 30%, quase 40 milhões". Fenômeno esse que ecoaria "elementos" de junho de 2013 e aprofundariam a distância "entre o povo e as instituições de representação". De forma que estaria colocada a retomada da luta pela "Constituinte Soberana".

Os lambertistas dizem que a derrota do PT é expressão "da conjuntura da América Latina" (derrota dos governos nacional-reformistas e ascenso de governos pró-imperialistas). Mas, isso não justificaria "os erros cometidos". Eis: o PT quis "agradar a gregos e troianos, frustrando a expectativa de que o PT faria as reformas populares de fundo, bloqueadas pelas instituições herdadas".

Enquanto os votos nulos, brancos e as abstenções expressariam a "frustração da base social do PT que tanto esperou por reformas reais". Para afirmar que, apesar da derrota, essa "base social ainda não trocou de partido". Portanto, que viva o PT! Trata-se, nesse sentido, de "Reatar com os compromissos originais do partido" e avançar na reconstrução do PT. O que exigiria trocar os dirigentes e rever a linha política.

Infelizmente, para os lambertistas, o apelo moral de um passado longínquo não mudará o percurso de mais de duas décadas de adaptação ao PT, ao fisiologismo quadrilheiro, à defesa da democracia oligárquica e do regime burguês. Por outra parte, O Trabalho desconhece propositalmente o fenômeno histórico de sua constituição ao redor do caudilho Lula, a quem rende tributo como grande líder da classe operária.

Está aí por que a "renúncia" de sua direção –se acontecesse– não modificará o conteúdo do aparelho político que se constituiu para servir à preservação do capitalismo. Isso porque não apenas a direção histórica forjou o partido, como também sua política de colaboração de classes. Não existe a possibilidade de trocar o conteúdo de classe do PT, nem apagar suas traições aos explorados. O movimento pela troca de direção é maquiagem para manter as massas submetidas ao PT. Por se tratar de uma posição de uma corrente que continua ostentando o broche da IV Internacional, O Trabalho lutará até o último instante contra a construção do partido revolucionário do proletariado. É o que tem feito todos esses anos, como corrente interna do PT.

PCO

Sobre as derrotas das esquerdas nas eleições (inclui nessa caracterização o PT), o balanço do PCO destaca que foram um produto das eleições "mais antidemocráticas" das últimas décadas. E que a direita venceu porque "dominou todo o processo eleitoral, impondo uma legislação com restrições absurdas". A burguesia pretendia dessa forma "evitar a mobilização eleitoral para que simplesmente o eleitorado da esquerda não comparecesse às urnas". Essas condições prejudicaram a esquerda que "tem sua força eleitoral na mobilização e no debate político". De forma que a intervenção nas eleições "fariam sentido se fossem usadas como uma tribuna de denúncia do golpe de Estado".

Sobre o segundo turno, os ex-altamiristas dizem que "a decisão de apoiar um ou outro candidato deve ser guiada pela luta pela independência organizativa da classe operária". De forma que "um partido operário nunca deve apoiar a candidatura de um elemento pequeno-burguês ou burguês". Nesse sentido, Freixo é caracterizado como pequeno-burguês pela origem social, pelos apoios eleitorais e a política "tipicamente pequeno-burguesa". Mas, também rejeita apoiar em Recife o candidato petista, que, embora de origem metalúrgico, "há muito tempo não está ligado à classe operária".

Como se vê, o PCO chamará a votar nulo no segundo turno. De um lado, porque esse "não vai resolver o problema dos trabalhadores". De outro, porque se trata de "ir para a ofensiva contra a direita nas ruas, denunciar o golpe e fazer a campanha contra a prisão de Lula".

Sem dúvida as restrições da Lei eleitoral pesaram para os candidatos das esquerdas, mas não para o PT, que ainda mantém privilégios. Sempre haverá maior ou menor restrição a partidos que não façam parte do poder burguês. Somente se romperá a cadeia antidemocrática, se o partido de esquerda tiver profunda penetração no seio do proletariado, dirigir importantes camadas dos explorados e não se confundir com a demagogia eleitoral. O que temos é uma esquerda pequeno-burguesa, democratizante e tenazmente hipócrita.

Finalmente, o voto crítico dos revolucionários a quaisquer candidatos de outro partido que não o próprio não se determina pela origem social do candidato. É uma armadilha retórica igualar um candidato pequeno-burguês a um candidato burguês. Um burguês é inimigo do proletariado. Mas, um pequeno-burguês representa uma classe que pode ser ganha para a revolução e constituir um aliado. O problema do apoio crítico está em saber se o partido e o candidato de esquerda expressam um movimento real dos explorados contra o poder da burguesia. Não é o caso do PSOL e de seu candidato Freixo.

O apoio crítico é, portanto, determinado pela necessidade do proletariado desenvolver a defesa de sua estratégia e métodos de luta pelo poder. Usar as eleições como "uma tribuna para denunciar o golpe" sem defender a estratégia da revolução e ditadura proletárias é uma impostura.

Conclusão

As experiências das novas gerações de explorados com a democracia oligárquica, com o golpe institucional, com a conciliação de classes e com a bancarrota do governo nacional-reformista são um marco para avançar a luta pela superação da contradição entre o programa revolucionário encarnado pelo POR e as tendências classistas presentes entre as massas. É nesse sentido que a delimitação programática com as correntes revisionistas do marxismo constitui uma tarefa de primeira importância.

Não é menos importante a tarefa de ajudar a vanguarda a superar os desvios democratizantes, acobertados pela fraseologia e demagogia radicais de esquerda. A experiência com o PT traz muitas lições – a principal delas consiste em combater a estratégia democrático-burguesa, travestida de popular. A experiência com as esquerdas que hoje execram o PT, mas que durante um bom tempo neles se abrigou e defendeu que Lula era a expressão da classe operária, é de que não são capazes de lutar no seio das massas com a estratégia própria de poder, com as bandeiras e métodos do proletariado. Para isso, serve nossa crítica ao balanço das esquerdas. No jornal Massas 529, desenvolvemos nosso balanço.

Pernambuco**Balanco das eleições municipais em Recife**

A esperança do PT em conquistar mais uma capital, além de Rio Branco, no Acre, está em Recife. João Paulo por um triz conseguiu ir para o segundo turno, com 23,76% dos votos. Dificilmente reverterá o quadro.

O candidato à reeleição Geraldo Júlio, do PSB, conquistou 49,34%. Sua coligação continha 20 partidos, dentre eles o PMDB, Rede e PCdoB, o que lhe rendeu o maior tempo de TV. O “magnetismo” do PSB no controle da máquina levou o PV a ter de lançar uma chapa pura, enquanto o DEM, com Priscila Krause, e o PSDB, com Daniel Coelho, só conseguiram agregar mais um partido para suas candidaturas. O PT conseguiu o apoio do Senador Armando Monteiro, do PTB, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no governo Dilma, ex-presidente da CNI, que trouxe consigo o PTN e PTdoB e o PRB do vice Silvio Costa Filho.

Destacamos a divisão no PSDB que levou seu candidato a concorrer sem o apoio do próprio partido. Estes principais candidatos, ao longo da campanha, esconderam as suas siglas partidárias, se dobrando ao clima de descrédito quanto aos partidos políticos. Com 49,34% dos votos, Geraldo Júlio já conquistou o apoio do DEM e PSDB para o segundo turno, embora o candidato tucano tenha manifestado que se manterá neutro.

Antes de lançar sua candidatura, João Paulo teve o desafio de reunificar o PT ainda com feridas abertas quanto ao desastre das últimas eleições municipais. Em 2012, depois de três mandatos petistas na cidade, as prévias internas indicaram que o impopular João da Costa, então prefeito, deveria tentar a reeleição. O outro candidato, Maurício Hands questionou judicialmente a decisão. A solução da direção nacional do PT, arranjada por Lula, foi a imposição do nome de Humberto Costa. Em meio à divisão e a uma candidatura sem respaldo interno, o então governador Eduardo Campos aproveitou para potencializar seu candidato, do PSB, Geraldo Júlio, que decolou e venceu no primeiro turno. O atual vice-prefeito é do PCdoB e permaneceu na candidatura à reeleição.

O segundo turno e a PEC 241

Provavelmente temendo o impacto negativo de aprovar a impopular PEC 241, o PSB de Pernambuco, orientado pelo governador, lançou uma nota contrária à PEC, denunciando que cortaria recursos da saúde e educação e indicado que deveria sofrer alterações. Por conta disso, Temer orientou seus ministros, dentre eles Fernando Bezerra Coelho Filho, reassumirem o cargo na Câmara e garantirem o apoio à medida do governo. Dos 32 deputados do PSB, 10 votaram contra, dos quais quatro eram de Pernambuco.

O PSB pernambucano, que integra a base do governo Michel Temer, foi uma das poucas alas do partido que votou de forma contrária à PEC 241, que cria um teto para os gastos públicos. Seguindo a orientação do governador Paulo Câmara (PSB), a bancada estadual votou contra a PEC 241 por entender que a medida reduzirá os gastos com saúde e educação.

Esquerdas

PSOL lançou a candidatura do deputado estadual Edilson Silva, coligado com o PCB. A campanha foi bem rebaixada, defendendo uma gestão com inovação e participação, bem adaptada ao capitalismo. Obteve 18.352 votos (2,10%). O PSOL conseguiu eleger um vereador. Simone Fontana, do PSTU, aplicou a

linha do centrismo. Mesmo com propostas aparentemente mais radicalizadas, reforça a ilusão da possibilidade de reformar o Estado burguês decomposto. Defendeu os conselhos populares que governariam acima da câmara dos vereadores, o passe livre e tarifa zero de água e luz para desempregados, o UBER público, gerido pela prefeitura, e propagandeou o Fora Temer e eleições gerais com novas regras, sem os corruptos. Conquistou 1.029 (0,12%). Pantaleão, do PCO, dirigente do sindicato dos guardas municipais de Recife, também misturou bandeiras corretas como o não pagamento da dívida pública com a defesa corporativa de sua categoria. Mistura bandeiras revolucionárias como o armamento das massas para fazer a revolução com uma resposta reacionária à criminalidade ao defender o armamento da guarda municipal e querer ampliar o porte de arma a todo cidadão. Diz: “O nosso partido defende o armamento de todos os trabalhadores porque todos os trabalhadores têm o direito de se defender e defender sua família. Você não pode viver em uma criminalidade dessa com os bandidos armados e o cidadão, o trabalhador, desarmado.”

Ou seja, não houve uma atuação de defesa do programa da revolução proletária que mostrasse que os problemas dos trabalhadores não serão resolvidos pela via eleitoral, mas sim pela via da revolução e ditaduras proletárias. Entre as esquerdas, a competição foi a de quem fazia as promessas mais mirabolantes. O grosso do explorados continuou a ser arrastado pelas disputas interburguesas. O descontentamento com a política levou a 23% de votos em nenhum candidato, foram 245.751 votos nulos, brancos e abstenções.

Outras cidades

Em Olinda, a disputa no segundo turno se dá entre Antônio Campos (PSB) que se promove em cima do cadáver do irmão, Eduardo, e Professor Lupércio (SD). O PCdoB, depois de 16 anos no controle da prefeitura, primeiro com Luciana e depois com Renildo Calheiros (irmão do Renan), ficou em quarto lugar. Em Caruaru, a candidatura de Raquel Lira, que saiu há pouco tempo do PSB e foi para o PSDB, expressa as divisões das oligarquias locais: Queiroz e Lira. O MST está fazendo campanha para Raquel, contra o oponente Tony Gel (PMDB), que conta com o apoio do governador Paulo Câmara (PSB).



BALANÇO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA!

Auditório da Arquitetura da UFC
27 de outubro
às 18h

 PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

A juventude deve combater o projeto “Escola Sem Partido”

No dia 13 de outubro, o Partido Operário Revolucionário fez o lançamento do livro “Ascenso e Queda do PT”, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). No dia seguinte, a convite do DCE, expôs a crítica ao Projeto de Lei do Senado 193/2016, assinado pelo senador Magno Malta (PSC). No momento, alastravam-se as ocupações dos estudantes secundaristas nas escolas públicas do Paraná, em resposta à Medida Provisória 746/2016 que determina uma reforma do ensino médio. Os professores da rede estadual estavam em pé de guerra contra o governador Beto Richa. Discutia-se a proposta de greve geral do funcionalismo, promovida pelo Fórum das Entidades Sindicais do Paraná. Os docentes da UEL já haviam decidido três dias de paralisação em advertência. Os estudantes, nesta mesma sexta-feira (14), em assembleia convocada pelo DCE, aprovaram a paralisação conjunta com os docentes e se mostraram dispostos a ocupar a universidade, o que já vinha ocorrendo em outros campi.

A ampla mobilização não se restringia a contestar a emenda do governo Richa que congela o reajuste dos servidores e viola o acordo da greve do ano passado. A revolta dos funcionários confluía com o vigoroso movimento estudantil de ocupação. Em meio à luta, estudantes, professores e funcionários se deparavam com a PEC 241 do Teto, a reforma do ensino médio e a reforma da previdência e trabalhista. Foi nesse quadro de mobilização, ocupações, realização de assembleia e discussão política que se deram o lançamento do livro “Ascenso e Queda do PT” e o debate sobre a necessidade de combater o movimento reacionário Escola Sem Partido.

Essência do projeto Malta – a delação

O objetivo final indica o conteúdo geral do Projeto 193. Os estudantes, pais, colegas de trabalho e diretores passam a ter a atribuição de delatar ao Ministério Público o professor que, por ventura, estiver enquadrado na categoria de quem “aproveite da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias” (artigo 5º, inciso I).

O espectro da proibição é bem amplo. Para não cometer nenhum deslize das normas policiais, o professor deve se transformar em um autômato. Deve pairar nas nuvens com sua matéria de ensino muito bem prescrita pelo Estado e controlada pelos pais. Certamente, terá de se impor uma autocensura torturante. Olhará para a classe como um perigo constante. Seu trabalho estará sob uma vigilância. Algum aluno, algum pai ou mãe poderá levar o seu nome ao Ministério Público. Se o projeto de Malta for aprovado, estará implantado o macarthismo nas escolas. Os alunos e família se educariam na arte de delatar, como ensinou primorosamente o fascismo.

Como controlar a conduta do professor

Art. 3º. “As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei (...).” Parágrafo único. “Para fins do disposto no caput deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite pleno conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados”.

Os alunos e família de posse do script teriam, assim, o conhecimento e controle do que antecipadamente se deveria passar na sala de aula. O professor, por sua vez, estaria avisado e condicionado pelas normas e proibições indicadas em um cartaz de “no mínimo 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas”. Estando bem visível, ninguém poderá ignorar os mandamentos ditados à escola pela religião, em particular pelos evangélicos, que têm seus partidos e sua bancada

parlamentar para promover tal política de Estado.

Vulnerabilidade dos estudantes

Um dos princípios educacionais da “Escola Sem Partido” é o da vulnerabilidade dos jovens. Prescreve como norma o “reconhecimento do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado”. A sua missão, portanto, é a de precaver e defender a parte “fraca” do ensino contra a parte “forte”. O espírito jovem, maleável e pouco experiente não pode ficar a mercê de professores que não professem a religião e os valores morais da família. Imagine que o professor tenha por concepção científica o materialismo filosófico. O que é raro, mas existe. Esse professor está proibido de expressar sua convicção científica.

A escola, porém, se pretende científica. É o que a distingue das igrejas, que têm seu ensino e educação próprios. Não por acaso, as igrejas têm sua rede de ensino particular. São por fundamento anti-científicas, embora ministrem conhecimentos que por seu fundamento se opõem à religião.

De fato, a suposta “vulnerabilidade” diz respeito aos estudantes da escola pública. O projeto, em seu artigo 4º, prescreve: “As escolas confessionais e também as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.” As escolas particulares podem ter seu corpo de princípios definidos, apenas devem evidenciá-los para os pais. Nesse caso, a questão não está na “vulnerabilidade” dos alunos, nem nas convicções dos professores, mas apenas na aprovação dos pais.

As igrejas estão unidas em defesa do obscurantismo, mas disputam materialmente os espaços na sociedade de classes. Cada uma por si se acha a mais divina para influenciar a escola e ministrar o ensino religioso. De maneira que a liberdade de ensino e de expressão que em alguma escala se conservam na escola pública, comparecem como um perigo para a religião. O poder que mais pesa na formação da juventude é o da religião: aí está a verdadeira venerabilidade. As igrejas, assim, lutam tenazmente contra qualquer orientação que delas se distancie e que a elas se oponham. É justamente a liberdade de pensamento, de crítica e de posicionamento sobre os grandes acontecimentos da realidade que permitem à juventude formar suas próprias convicções sociais e romper com as cadeias da alienação.

Manipulador de consciência

O Art. 5º é dedicado ao “exercício de suas funções”. O inciso I prescreve que o professor “não aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”. Inciso IV: “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.”

Os promotores da Escola Sem Partido, como se vê, não têm nada a ver com a educação. Comparecem como censores e policiais. Desconhecem plenamente que os professores não expressam interesses próprios, opiniões, concepções, etc., mas expressam relações sociais. Não formulam como indivíduos, mas como parte das relações sociais imperantes.

O preceito do inciso IV pretende apresentar as “principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes” como neutras umas em relação às outras. No fundo, objetiva colocar em pé de igualdade os dogmas da religião com os fundamentos da ciência. É por essa via que as Igrejas procuram introduzir nas escolas a explicação dogmática do criacionismo.

A escola é por excelência um espaço de toda sorte de manifestações da sociedade, portanto está condicionada por suas contradições. Não por acaso, se baseia na estrutura econômica e de classes, portanto, em última instância, a reproduz. O sistema educacional constituído por alunos e professores não tem como ser asséptico perante as condições sociais do capitalismo. O Estado, com todo seu aparato político, ideológico, jurídico e policial, controla o funcionamento da escola. O que não tem como controlar de forma absoluta é a manifestação das contradições sociais e o envolvimento de alunos e professores. Somente uma mente sectária e policial poderia ver no professor um doutrinador individual sem causa social. A manipulação da consciência, ao contrário do que pressupõe a Escola Sem Partido, se dá justamente por meio da política, da ideologia, do judiciário e da polícia, que agem no sentido de obscurecer e eliminar as contradições. É o que pretendem os idealizadores da Escola Sem Partido e seus séquitos.

A família como guardiã da escola

Diz o inciso VII, do art. 2º: “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. As igrejas são proprietárias da religião (para isso, são proprietárias materiais) e de uma determinada moral, que convenientemente é concebida em abstrato. A família, por sua vez, é proprietária dos filhos e base da educação religiosa e da moral abstrata. De forma que igrejas e famílias formam uma unidade – um poder diante da escola, que a ameaça expressando as contradições sociais e a necessidade da ciência. Nessa unidade, a religião é o poder espiritual que se faz presente na família e que por meio dela constitui a base da moral abstrata.

Dessa premissa, conclui-se que a família deve ser a portadora de um direito, que como tal faz parte da superestrutura político-ideológica da sociedade de classes. Ao Estado cabe assegurar-lhe, portanto, o direito de decidir sobre a educação dos filhos, que, em última instância, resulta no direito das igrejas de decidir sobre o conteúdo e a forma da educação. A escola se limitaria a instruir.

Como a separação entre instrução e educação é impossível, os advogados da Escola Sem Partido recorrem a definições arbitrárias e genéricas, concluindo com a caça aos professores considerados doutrinadores e supostamente adversários do monopólio do direito à educação pela família e pelas igrejas.

Da mesma maneira que atribui aos professores terem convicções pessoais, atribui à família convicções próprias que norteiam a educação religiosa e moral dos filhos. Na realidade, no seio da família também se processam as relações sociais e manifestam-se as contradições da sociedade de classes. Pelo fato objetivo de a família se constituir em unidade econômica, em existência particular e se diferenciar pelas divisões de classes, serve de base de sustentação da religião. Não há de fato convicções próprias da família (dos pais, como se refere o projeto). Estas são parte e reflexo da ideologia burguesa dominante, da qual a religião é constitutiva.

A Escola Sem Partido acha que a escola tem servido a subversivos que ameaçam o direito divino e terreno de a família determinar a educação religiosa e moral da juventude. A solução seria o Estado reconhecer a supremacia da família sobre a escola em se tratando da educação. Assim, se reconhece a supremacia das igrejas sobre a família, a juventude e a escola.

Os perigos da educação de gênero

O parágrafo único, do art. 2º, prescreve: “O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.”

O Poder Público não pode se imiscuir na opção sexual dos alu-

nos, não porque se trata de uma manifestação individual e particular de cada ser humano, mas porque são a família e as igrejas que têm a missão de se imiscuir, de “direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento dos jovens”. A escola, por sua vez, está subordinada ao Estado, assim, deve seguir à normatização dada pela religião.

Nem o Estado, nem a família, nem a religião, nem a escola devem se imiscuir na vida sexual das pessoas, justamente porque dizem respeito apenas a elas mesmas. Mas a regra na sociedade de classes é oposta a essa orientação. Ocorre que a brutal opressão sofrida pela mulher, pelos negros e homossexuais inexoravelmente se expressam também na escola. Como evitar a discussão cultural, se há uma forte pressão para que se entenda a homossexualidade como desvio, deformação do natural e doença? O mesmo se passa com a questão do aborto, do racismo e das discriminações em geral.

Os defensores da Escola Sem Partido não admitem que a escola se coloque diante de problemas como esses, que, segundo as igrejas, somente a família pode ter uma orientação de acordo com os preceitos da religião e de sua moral particular. No fundo, procura-se evitar que as raízes de classe da opressão, que se manifestam na família, na escola, nos locais de trabalho, enfim, em toda parte, sejam expostas por meio dos choques e conflitos sociais que se desenvolvem na escola.

Origem e desenvolvimento do Movimento Escola Sem Partido

Os primeiros sinais e investidas se deram no Rio de Janeiro. A pedido do Partido Social Cristão (PSC), por intermédio do deputado estadual Flávio Bolsonaro, o advogado e procurador da Justiça, Miguel Nagib redigiu um projeto, em 2014. Foi apresentado na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A partir daí tomou a forma de um movimento político encabeçado por partidos e políticos identificados com as igrejas e com a bancada evangélica. Vários estados da Federação assumiram a discussão do projeto. Em Alagoas, se tornou lei, sob o rótulo de “Escola Livre”. No Paraná, o projeto foi retirado, mas adotado no município de Santa Cruz do Monte Castelo. Estão no Congresso Nacional o PL 867/2015, de Izalci Lucas e no Senado o Projeto 193/2016, de Magno Malta. É bem provável que continuem à espera de definição. As condições políticas ainda não amadureceram para a consagração de uma medida fascizante como a estabelecida pelo Escola Sem Partido.

O ponto de partida desse movimento é explicitado no primeiro parágrafo da Justificativa do Projeto Malta. Eis: É fato notório que professores e autores de materiais didáticos vêm se utilizando de suas aulas e obras para tentar obter adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral e sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais e responsáveis.”

Já detalhamos os aspectos dessa denúncia obscurantista. Cabe ainda assinalar que se trata de uma reação a movimentos feministas, de negros e de LGBTs. O PT, certamente, é um dos alvos mais importantes do PSC, de setores radicais dos evangélicos e da igreja católica. Em seu governo, impulsionou-se a discussão sobre temas como casamento e formação de família de homossexuais, bem como sobre o aborto. Em 2011, o STF admitiu o casamento civil homossexual. O que provocou a ira das igrejas. Em 2015, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Projeto de Lei 6583/13 do deputado Anderson Ferreira, do PR, que estabelece um Estatuto da Família, no qual é permitido apenas o casamento heterossexual.

A Escola Sem Partido e o Estatuto da Família são face da mesma moeda. Não há como manter às ocultas as odiosas discriminações sexuais, que resultam em brutal violência contra os homossexuais. Os movimentos de classe média pelos direitos sociais, políticos e civis acabam se refletindo na política burguesa, de Estado, na forma e conteúdo de reformas. Está aí por que a direita que se identifica na situação com a religião assume a linha de frente da reação.

Neutralidade, pluralismo e liberdade

Evidentemente, não estamos diante de um postulado de escola sem partido, mas sim de escola da delação e da repressão. Não tem o menor sentido o pressuposto de “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”. Essa pretensão dos evangélicos e aliados oculta o caráter e o conteúdo de classe burguês do Estado.

As disputas entre as igrejas, em particular entre católicos e protestantes, em torno da proteção do Estado é evidente. Basta ver que a Igreja Católica sempre exerceu o monopólio religioso. A crescente penetração dos evangélicos no seio das massas miseráveis e a constituição de um poderoso aparato possibilitaram crescerem na política, galgando postos no Estado e influenciando na condução do País.

Não por acaso, o movimento Escola Sem Partido se iniciou no Rio de Janeiro. É bem possível que depois da politicagem de Antony Garotinho (PR) vem agora a de Marcelo Crivella (PRB). O PSC, ao lado do PR e PRB, se tornou uma força política. A família Bolsonaro (PSC) vem travando um duro combate pelos dogmas da direita religiosa.

Em 2006, os evangélicos tinham 36 parlamentares, saltaram para 73 em 2010. A bancada e a Frente Parlamentar Evangélica reúne deputados e senadores da maioria dos partidos, inclusive o PT. Lembremos que Lula acolheu como vice-presidente o empresário evangélico José de Alencar (PL/PRB). O fortalecimento dos evangélicos na política, sem dúvida, expressa a intervenção das igrejas na vida social do País. Não há, portanto, nada de neutralidade nos pressupostos que embasam o Projeto Escola Sem Partido.

Outra farsa é a do “pluralismo de ideias”, “liberdade de aprender e ensinar” e “liberdade de consciência e crença”. São enfeites para a escola da delação. Ao se fixar um cartaz nas salas de aula estabelecendo o que pode e que não pode fazer parte do exercício do magistério e ao incentivar os estudantes e pais a delatarem os professores ao Ministério Público, se acaba com a real “liberdade de aprender e ensinar”.

O pressuposto da liberdade das igrejas possuem escolas não tem a ver com a “liberdade de consciência e de crença”. Expressa o poder particular da religião sobre a ciência e o conhecimento prático. Esse poder pretende abarcar a escola pública. Pressiona constantemente nesse sentido, confundindo a “liberdade de consciência e de crença, que é individual, privada” com o poderoso aparato material, político e ideológico das igrejas. O “pluralismo de ideias” quer dizer que às religiões estará garantida a intervenção no ensino em geral.

A tarefa democrático-burguesa de separar a Igreja do Estado se justificou precisamente porque a religião é um ato de fé particular. Observa-se que essa separação não pôde ser levada até o fim pela burguesia. Uma das condições essenciais era separar definitivamente

a religião da educação, portanto, do sistema de ensino. As consequências são visíveis – as igrejas disputam palmo a palmo a influência dogmática sobre a educação e formação da juventude.

Em defesa da escola científica

O movimento escola sem partido põe à luz do dia o quanto a religião se converte em política e a política burguesa em instrumento da religião. É incontestável que exerce uma significativa influência sobre a política educacional dos governos e sobre o sistema de ensino. Está aí por que é preciso lutar pela total separação das igrejas e escola, total separação da religião e ensino científico.

Não se trata de “pluralismo” o fato das igrejas se fazerem presentes com seus dogmas, metafísicas e valores particulares, mas sim de desfiguração da natureza científica da escola e dos objetivos da aprendizagem. Não se deve iludir com a presunção de que nosso ensino é científico e de que nossa educação se alicerça no conhecimento prático da realidade. Nossa escola não se baseia na unidade dialética entre conhecimento e educação social, uma vez que estão marcados pela divisão capitalista do trabalho e pela ideologia burguesa dominante, da qual a religião faz parte.

O capitalismo estabeleceu a produção social como base de seu funcionamento, mas, por meio da propriedade privada dos meios de produção, estabeleceu a apropriação privada da produção. A escola expressa e reproduz essa contradição.

O sistema público de ensino nasceu da necessidade das forças produtivas e da produção social em desenvolvimento. Mas não teve como sustentar seu avanço baseado no vínculo com a produção social. De forma que acentuou a aprendizagem e a educação no indivíduo que comporá a força de trabalho a ser explorada pela classe capitalista.

A escola desvinculada da produção social e vinculada à apropriação capitalista da riqueza impossibilita a aprendizagem e a educação sociais. Evidentemente, isso se passa não de maneira absoluta e mecânica. A assimilação de conhecimentos fora da produção social desfigura constantemente a origem e a base científica da escola. A educação desligada da prática social se torna um campo aberto para a religião, para a cultura dos preconceitos e para toda sorte de especulações.

Essa constatação nos impõe a conclusão de que somente resolvendo a contradição entre a produção social e a apropriação privada, o que exige a transformação das relações de produção, a escola se transformará, retomando seu ponto de partida e desenvolvendo suas bases científicas. Na presente situação, a luta passa pela separação da igreja e da escola. A derrota do movimento Escola Sem Partido pela mobilização da juventude e conexão com a classe operária permitirá dar um passo à frente. O contrário também é verdadeiro.

Lançamento do livro **Ascenso e Queda do PT em Londrina**

Na última quinta-feira (13/10), o Partido Operário Revolucionário lançou em Londrina, em uma palestra debate, seu livro **Ascenso e Queda do PT**. O debate demonstrou a falência histórica do nacional-reformismo, encarnado no Brasil pelo Partido dos Trabalhadores. Trata-se de uma falência histórica do reformismo na época do imperialismo em um país semicolonial.

O evento reuniu estudantes e professores que participaram ativamente do debate. Alguns pontos foram reforçados como: 1) O vácuo político deixado pelo PCB-estalinistas, nos anos de 1940-50, que faliu frente a tarefa histórica de estruturar um partido do proletariado, abriu caminho para ilusões no nacional reformismo encarnado pelo nascente PT; 2) O PT se esgotou politicamente em dez anos de governo, abandonando qualquer possibilidade de armar-se com um programa proletário e enveredando abertamente pela via das reformas democráticas; 3) O golpe desfechado contra a presidente Dilma significou

que o Partido dos Trabalhadores não servia mais para administrar a crise capitalista em favor da burguesia, pois estava amarrada com a burocracia sindical, o que impedia medidas mais severas contra a classe operária e demais trabalhadores; 4) O impeachment da presidente Dilma, como o do ex-presidente Collor, significaram um golpe de estado, uma vez que fere o princípio da revogabilidade de mandato, só quem elege pode tirar do poder.

Ademais, o lançamento deste livro ocorre numa conjuntura em que diversas vanguardas, até ontem iludidas com o PT, buscam explicações para a falência do reformismo e as massas estão diante de brutais ataques às suas condições de existência.

O debate foi encerrado com a consideração que só se luta contra o golpe e se faz avançar a luta do proletariado com a construção do partido operário revolucionário no Brasil. Não há atalhos.

Nesta edição:

- Argentina: Paralisação e mobilização em 19 de Outubro.
- Chile : Agudiza a crise estrutural do sistema capitalista mundial.
- 99 anos da Revolução Russa.
- As lições da carta de Lênin

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina - O Manifesto abaixo foi distribuído pelo Partido Operário Revolucionário da Argentina.

Paralisação e mobilização em 19 de Outubro

O crime brutal sobre Lucía Pérez, de 16 anos, concentra todos os elementos da decomposição social. Violentada de forma selvagem e assassinada por um bando de traficantes de droga que contava com proteção.

Ao crime se somam as ameaças de morte contra a família, para amedrontá-los e a aos que se mobilizaram exigindo justiça. Diante da indignação popular, o prefeito de Mar del Plata teve de despedir o funcionário que nomeou para a Secretaria de Segurança o qual aceitou defender como advogado um dos acusados do assassinato. O crime se transformou em uma crise política.

Não deveríamos conformar-nos com a exigência de castigo aos três monstros e à identificação dos que fizeram as ameaças de morte. Deveríamos continuar com a investigação do bando inteiro, quem lhes provia as drogas, que policiais, juízes e políticos os protegem, quem os financia. Os jovens que os conheciam devem encontrar a forma de identificá-los, para poder desmontar a rede inteira. O protesto e a mobilização devem transformar-se em uma maior consciência e organização.

O caso de Lucía se soma à grande quantidade de assassinatos denunciados nas últimas semanas.

À iniciativa de convocar uma paralisação nacional de mulheres e mobilizações nas principais cidades do país se juntam a CGT e a CTA.

“Paramos porque ganhamos menos, porque somos mais desempregadas – homens 8,5%, mulheres 10,5% –, mais precarizadas, mais pobres. Porque não nos entregamos mais, porque nos matam. Porque não queremos entregar mais vítimas ao altar dos opressores. Porque não queremos a fome, nem o desespero” diz o coletivo “Nem Uma a Menos” que, junto a outras organizações tomou a iniciativa de convocar a paralisação nacional.

É muito importante a atitude de ganhar as ruas, de tomar medidas para denunciar os crimes e escrachar o Estado, a sua Justiça, as suas polícias, as suas polícias, que multiplicam a violência na sociedade, e também a impunidade. O Encontro Nacional de Mulheres há poucos dias concentrou mais de 90.000 mulheres discutindo durante 3 dias todos os aspectos que levam à situação de opressão e violência que se suporta diariamente, coincidindo com a necessidade de enfrentar os ataques do Governo nacional.

Em nossa opinião, a decomposição capitalista é a raiz da barbárie. Por isso colocamos em relevo o tempo todo que a solução

da raiz é acabar com a sociedade de classes, base de toda opressão. Que não há leis, nem justiça, que possam resolver sob o capitalismo as condições terríveis que tem de suportar a mulher, cada vez piores. Não alimentamos nenhuma ilusão na sua resolução sob o capitalismo, ainda que não deixemos de combater seus vícios.

O capitalismo arrasta um longo período de putrefação e decomposição. Em sua decomposição, emergem todas estas formas de barbárie. As condições de vida das massas se deterioram e agravam pela presença crescente do narcotráfico e o tráfico de pessoas, que chega a todos os rincões da sociedade, multiplicando as condições

de violência social que já existiam. Estes negócios mafiosos servem de base aos partidos políticos patronais, em todas as instituições do Estado, (no Congresso, na Justiça, no Poder Executivo, em todas as forças de segurança), na burocracia sindical, nos grandes empresários, começando pelos bancos internacionais que lavam e guardam fortunas originadas nesses negócios criminosos. A barbárie aparece diante de nossos olhos

por todos lados.

Mulheres são trazidas de outros países e continentes (a maioria enganadas e praticamente sequestradas) para serem exploradas na prostituição. São milhares as jovens que continuam desaparecidas, sequestradas, para integrar alguma rede de prostituição local ou no exterior. O narcotráfico faz estragos nos bairros e nos lugares de trabalho. Empurra uma quantidade crescente de jovens à marginalidade e à lumpenização.

O que aparece também à vista de todo aquele que queira ver é a impunidade para processar os narcotraficantes e as redes de tráfico, que contam com toda a proteção do aparato do Estado. A impunidade é transmitida a toda a sociedade, os crimes mais aberrantes contra a sociedade não têm castigo. Seus responsáveis se encontram encarapinhados no poder. Esta constatação permanente, esta naturalização da impunidade, tende a gerar impotência na sociedade, que não consegue responder a semelhante grau de decomposição.

A organização e as mobilizações e todas as medidas que se adotam são um passo adiante que ajudam a tomar consciência da magnitude do problema que devemos enfrentar, e que ainda não temos as condições para eliminar pela raiz. Devemos dar resposta a todas as expressões da barbárie, propondo que respostas coletivas, orga-



nizativas e políticas devem ser dadas. Para orientar em direção ao enfrentamento com os capitalistas e seu Estado, alimentando a desconfiança nos politiquieiros, nas leis, seus juízes, e em suas polícias.

Essa desconfiança nas forças de segurança, na justiça, na lei, levou a que surgissem lutadoras e organizações que tomam em suas mãos o enfrentamento com os narcos e com as redes de tráfico, obrigando em muitas oportunidades a prender os responsáveis diante do temor à fúria popular.

Nossa política são os Tribunais Populares. Que as massas, com seus próprios métodos de organização e luta, identifiquem os responsáveis, os denunciem e coloquem o castigo que corresponda aos crimes terríveis, que não devem ficar impunes. A impunidade contribui à desmoralização, à impotência. Os movimentos todavia se limitam à mobilização, a denúncia, o escrache e a exigir da Justiça do Estado burguês, chocando uma e outra vez com toda a burocracia estatal e com toda a estrutura de impunidade. É fundamental que confiem exclusivamente em suas próprias forças, diante do perigo de que desviem ou anestesiem suas ações a partir do Estado, da Igreja ou dos partidos. Entendemos que a exigência de julgamento e cárcere aos responsáveis destes crimes aberrantes é uma consigna contra o Estado que protege as atividades criminais (e não tem interesses em promover nenhuma ação que não tenha a ver com a defesa da grande propriedade privada).

Nenhuma lei poderá deter este processo de decomposição social. Nem tampouco incrementar as condenações, que é apresentado pelos politiquieiros como uma solução a todos os males. E menos ainda uma maior ação policial, que traz consigo uma maior violência contra a maioria oprimida.

Chile

Agudiza a crise estrutural do sistema capitalista mundial

O Chile a suporta sobre seus ombros dos operários e trabalhadores em geral, ampliando a fome e a miséria

Chile, país semicolonial, recebe diretamente os tremores e a opressão econômica do imperialismo. O país sabe que a dívida pública se elevou, na última década e nesses últimos anos. Assumiu um ritmo anual de 10 bilhões de dólares e supera os 50 bilhões de dólares em dívida, equivalente a 20,6% do PIB. Consequentemente, as camadas mais empobrecidas pagam em Imposto ao Valor Agregado o equivalente a 48% do PIB.

O primeiro governo de Michelle Bachelet obteve excedentes nas vendas do cobre. Diante dos questionamentos de aumentar os investimentos em saúde e educação, sua resposta era que havia de colocar esse dinheiro em distintas cestas, e uma delas era colocar essa economia em Bônus Soberano, evidentemente, os que estão no estrangeiro e a serviço do capital financeiro. Hoje, quando se pergunta sobre esses fundos, diz que estão destinados às reservas para quando o país entrar em crise, isto é, a fome e a miséria continuarão aprofundando-se.

Quando o ministro da Fazenda insinua que devemos ser responsáveis pelos gastos e que o aumento salarial dos trabalhadores do setor público não pode superar 2,9%, que não cobre nem sequer o fictício Índice de Preços ao Consumidor, quer dizer que o Chile não pode continuar endividando, porque iria deteriorar a credibilidade do país. Isto é, na avaliação de risco feita pelas empresas multinacionais e na manutenção da futura estabilidade fiscal.

Devemos defender que todos os casos de denúncias, inclusive as individuais se desenvolvam num terreno coletivo. No âmbito do trabalho, do sindicato, da organização de bairros. Promovendo a mais ampla participação de todos, homens e mulheres.

Os homens devem tomar plena consciência da importância de combater eles mesmos todos os crimes horrendos contra a mulher, lutando lado a lado com elas. Impulsionamos as ações coletivas para destruir as biqueiras da droga nos bairros, para expulsar os traficantes, para escrachar e denunciar todos os casos de tráficos, alentamos as ações coletivas. E também nas ações contra os que maltratam, e os violadores, que, se não são detidas, se repetem e acabam como conhecemos. O primeiro passo é denunciá-los publicamente. As estatísticas oficiais dão conta de uma quantidade de casos extraordinários e em crescimento, boa parte dos crimes não chegam a ser denunciados. Com esta política intervimos também nas organizações democráticas criadas para denunciar esses casos.

Nenhum crime contra a mulher, nenhum crime contra o movimento popular deve ficar impune. Só se poderá acabar com a violência e a opressão quando acabarmos com o capitalismo, transformando completamente as bases materiais da sociedade, construindo uma nova. Só assim, a mulher poderá libertar-se de todas as correntes. A classe operária, liderando todos os oprimidos da cidade e o campo, poderá levar adiante esta tarefa, por meio da revolução social que acabará com a ditadura do capital.

*Partido Operário Revolucionário
por.masas.org@gmail.com/www.masas.nu/www.pormassas.org
Integrante do Comitê de Enlace pela Reconstrução da
IV Internacional (Cerci)*

Afirmamos que a responsabilidade que tem o governo na administração dos interesses burgueses, não diz respeito às necessidades dos operários, trabalhadores e às suas respectivas famílias. Estamos dispostos a lutar para não permitir que continuem espremendo até a última gota de suor e sangue em benefício dos exploradores e dos parasitas de sempre, os que abundam em nosso país.

Os trabalhadores devem se unir contra o congelamento salarial, que pretende o governo e seus cúmplices, a burocracia sindical estalinista, socialdemocrata e os hipócritas democratas cristãos.

A classe operária joga um papel decisivo no processo produtivo do capitalismo contribuindo com sua força de trabalho. É a classe capaz materialmente de derrocar o sistema capitalista. Esta força se converterá em realidade quando tomar consciência de que não necessita de elementos estranhos a sua classe e, necessariamente, se coloque de maneira independente pela construção do Partido Operário Revolucionário. Partido que proporcionará coesão política, tática e estratégica a classe operária, para que possa libertar a si mesmo e às demais camadas sociais escravizadas pela inepta e rapina burguesia nacional e pelo imperialismo. Enquanto perdurar o poder burguês, continuará a exploração ilimitada contra o povo chileno.

(Extraído do Jornal Luta Operária, nº 25, órgão do Partido Operário Revolucionário do Chile)

99 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

No dia 25 de outubro, comemoramos a primeira revolução proletária vitoriosa. Os marxistas-leninistas-trotskistas não se curvaram e não se curvam diante da restauração capitalista e destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os noventa e nove anos que nos separaram da revolução não fazem senão confirmar a vigência histórica do socialismo científico de Marx e Engels. Há que se ter sempre presente a luta do proletariado por transformar as relações capitalistas por relações socialistas-comunistas de produção em escala histórica.

Sem dúvida, o processo de restauração capitalista constitui uma gigantesca derrota do proletariado mundial. A degeneração dos Estados operários pelo estalinismo, ou seja, pela política do socialismo nacional, o grande recuo da organização independente do proletariado e o desmantelamento do movimento revolucionário internacionalista moveram a roda da história para trás. Esse acontecimento foi previsto pelo trotskismo, que como continuidade do marxismo-leninismo travou uma luta de morte pela revolução política da União Soviética, por meio da qual a classe operária revolucionária poderia resistir às terríveis pressões do capitalismo mundial e da burguesia imperialista. A vitória definitiva do estalinismo fortaleceu as forças restauracionistas internas e favoreceu a contrarrevolução mundial.

O programa da revolução política da IV Internacional se mostrou correto. Dependia, porém, do proletariado russo e mundial superar as travas da reação estalinista e avançar o combate internacional pela revolução proletária. As condições históricas não permitiram que as revoluções rompessem as fronteiras nacionais e se projetassem mundialmente como um poderoso movimento de transição do capitalismo para o socialismo. Essa tarefa dependia em grande medida da expulsão do estalinismo e da burocracia, a qual assumiu a forma da ditadura burocrática em lugar da ditadura do proletariado, por meio da revolução política. Está aí por que a derrocada da União Soviética abriu caminho para o amplo processo de restauração capitalista no Leste Europeu e China, o que comprometeu a Revolução Cubana e latino-americana.

Os movimentos de independência nacional, por sua vez, foram desviados do curso da revolução social. De forma que a burguesia reatou os elos do capitalismo mundial, que se romperam com as revoluções proletárias, e impediu que novos elos fossem rompidos. Esse é o significado mais profundo da



restauração capitalista e, portanto, da derrota mundial do proletariado.

Estamos obrigados a partir dessa constatação reconhecer o lugar na Revolução Russa na luta do proletariado pelo fim do regime de exploração do trabalho. A expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, socialista, é o ponto de partida e não de chegada da revolução

proletária. Essa constatação aparece na forma de premissa programática no Manifesto do Partido Comunista, em que Marx e Engels afirmam que a revolução por sua forma é nacional e por seu conteúdo, internacional. As forças opostas a esse fundamento na ex-União Soviética assumiram sua fisionomia na forma da burocracia estalinista contrarrevolucionária. Externamente, o proletariado mundial, mais atrasado em sua consciência de classe e desorganizado, não teve como se contrapor ao estrangulamento do internacionalismo proletário no processo objetivo de transição do capitalismo para o socialismo na União Soviética. O enorme esforço da Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky, para pôr em pé uma nova Internacional esbarrou nessas mesmas contradições históricas e políticas.

Não se pode evocar a Revolução Russa no seu 99º aniversário sem que seja para assimilar um pouco mais da experiência das vitórias, dos grandes feitos e das derrotas. Somente assim é possível compreender a caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo de que o capitalismo da época imperialista se caracteriza por colocar a humanidade diante de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Não se pode evocar a Revolução Russa no seu 99º aniversário sem que seja para assimilar um pouco mais da experiência das vitórias, dos grandes feitos e das derrotas. Somente assim é possível compreender a caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo de que o capitalismo da época imperialista se caracteriza por colocar a humanidade diante de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

nismo-trotskismo de que o capitalismo da época imperialista se caracteriza por colocar a humanidade diante de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

A destruição da União Soviética e a restauração em curso em vários países atestam que a contrarrevolução não apenas não soluciona as contradições do capitalismo como as agravam. É o que assistimos na desintegração do Oriente Médio, com a destruição

de países inteiros como a Síria, Iraque, Afeganistão, Iêmen. É o que assistimos com a divisão da Ucrânia. É o que assistimos com o avanço das tendências bélicas mundiais, movidas pelos antagonismos entre as fronteiras nacionais e o choque de interesses entre Estados Unidos, Rússia e China. É o que assistimos com o fracasso da União Europeia e com a crise dos imigrantes. Enfim, é o que assistimos com a crise de superprodução mundial, que destrói forças produtivas e empurra os países semicoloniais para o precipício, que impulsiona a miséria e a fome de grandes contingentes humanos.

Como se vê, a restauração capitalista auxiliou as potências a se aliviarem momentaneamente do choque entre as forças produtivas e as relações de produção, que se encontram estagnadas e se desmoronam. O fundamental, no entanto, está justamente no fato de ser apenas momentânea. Por isso mesmo, se convertem em fator de agravamento da crise mundial. O problema da burguesia mundial não mais se concentra no objetivo de derrotar as revoluções proletárias triunfantes, mas de levar às últimas consequências a restauração capitalista, subordinando a Rússia, a China e os demais países que conheceram a transição para o socialismo em semicolônias. Nota-se que esta última etapa da restauração comparece na forma de antagonismos e motivos de conflitos mundiais.

A classe operária e as camadas mais oprimidas mundiais estão obrigadas a recuperar o terreno perdido para a contrarrevolução. Pode-se dizer que esta constatação expressa uma nova etapa da luta de classes. O socialismo científico se ergue como uma necessidade. Seu conteúdo histórico é dado pela Revolução Russa, que sintetiza a primeira revolução proletária

Carta ao Comitê Central do POSDR

Escrito em 19 de outubro (1º de novembro de 1917), por Lênin

Queridos camaradas!

Um partido que se respeita não pode tolerar no seu seio nem os sabotadores, nem sua atividade. Isto é evidente. E quanto mais se observa a atitude de Zinoviev e Kamenev na imprensa não partidária tanto mais indiscutível se torna necessária reconhecer que sua atitude demonstra todas as características da sabotagem. O subterfúgio de Kamenev na seção do Soviete de Petrogrado é algo de simplesmente vil; ele está, evidentemente, completamente de acordo com Trotsky. Mas não é difícil compreender que Trotsky *não podia*, não tinha o direito, não devia dizer diante dos inimigos mais do que disse! Não é difícil compreender que o *dever* do Partido, que escondeu do inimigo a *sua* decisão (sobre a necessidade da insurreição armada, sobre o seu pleno amadurecimento, sobre a preparação em todos os aspectos, etc.), que esta decisão *obriga* nas intervenções públicas não apenas jogar a culpa como também a iniciativa sobre o adversário. Só crianças poderiam não compreender isto. O subterfúgio de Kamenev é simplesmente uma fraude. O mesmo deve dizer-se sobre o subterfúgio de Zinoviev. Pelo menos em sua carta de «justificativa» (dirigida, me parece, ao órgão central Partido), única coisa que eu vi (uma vez que a opinião pessoal – uma pretensa opinião pessoal – em torno da qual a imprensa *burguesa* fez tanto barulho, eu, como membro do CC, *até esse momento* não a vi). Dos «argumentos» de Zinoviev: Lenine enviou as suas cartas a distintos camaradas «antes de se ter tomado qualquer decisão», e vocês não responderam. Assim escreve literalmente Zinoviev, sublinhando com quatro traços a palavra *antes*. Por acaso é difícil compreender que antes de que o organismo central aprove uma resolução sobre a greve, é possível fazer propaganda pró e contra, no entanto, *depois* de se decidir a favor da greve (além da resolução complementar de ocultá-la do inimigo) fazer propaganda contra ela é um ato de sabotagem? Qualquer operário compreenderá isto. A questão da insurreição armada foi discutida no Comitê Cen-

tral, desde Setembro. Esse era o momento em que Zinoviev e Kamenev podiam e *deviam* intervir por escrito, para que *todos* conhecessem seus argumentos, para que *todos* apreciassem sua completa confusão. Ocultar as suas opiniões ao partido durante um mês inteiro, *antes de se* adotar a resolução e difundir uma opinião particular *depois* da resolução, significa atuar como sabotadores.

que foi a Comuna de Paris em 1871 e as demais revoluções que se seguiram à tomada de poder na Rússia.

A tarefa da vanguarda que mantém viva as raízes das revoluções proletárias e aquela que vem despertando para o socialismo é a de construir o partido revolucionário, organizado em torno do programa. É de dedicar toda energia para organizar o proletariado em cada país e direcionar seus combates para a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Como parte dessa comemoração, traduzimos uma Carta de Lênin ao Comitê Central do Partido Socialdemocrata Russo. Entendemos que a melhor maneira de retornar à Revolução Russa e recordar os acontecimentos daquele momento é a de assimilar as experiências para construir o partido em nosso país. Escolhemos essa Carta porque expressa uma das situações mais tensas, contundentes e graves no interior do partido. Por meio dela, Lênin evidencia sua penetrante visão do partido revolucionário. Deixa claro que o destino da Revolução Russa passava a depender inteiramente dos bolcheviques.

Zinoviev finge não entender essa diferença, não entender que, depois da resolução sobre a greve, uma resolução emitida pelo organismo central, somente os sabotadores podem fazer propaganda contra a decisão diante dos organismos inferiores. Qualquer operário entenderá isto.

Zinoviev fingia não entender essa diferença, não entender que, depois da resolução sobre a greve, uma resolução emitida pelo organismo central, somente os sabotadores podem fazer propaganda contra a decisão diante dos organismos inferiores. Qualquer operário entenderá isto.

E Zinoviev fez precisamente essa propaganda e solapou as decisões do Comitê Central, tanto na reunião de domingo, onde ele e Kamenev não tiveram nenhum só voto, como em sua carta atual. No entanto, Zinoviev tem o descaramento de afirmar que «o partido não foi consultado» e que problemas como estes «não podem ser decididos por dez pessoas». Reflitam. Todos os membros do CC sabem que na reunião decisiva participaram mais de dez membros do CC, que estava presente a *maioria dos membros*, que o próprio Kamenev, nessa reunião, declarou: «Esta reunião é decisiva», que, quanto aos membros do CC ausentes, se sabia perfeitamente que a sua *maioria não estava de acordo* com Zinoviev e Kamenev. E eis que, *depois* da decisão do CC, na reunião que também Kamenev considerou *decisiva*, um membro do CC tem o descaramento de escrever: «O partido não foi consultado.» «Semelhantes questões não podem ser decididas por dez»; isto é o mais completo ato de sabotagem. Antes do congresso do Partido, decide o CC. O CC decidiu. Kamenev e Zinoviev, que não intervieram por escrito antes da decisão, começaram a contestar a decisão do CC depois de ter sido tomada.

Isso é o mais completo ato de sabotagem. Depois da adoção de uma decisão é *inadmissível* qualquer contestação, uma

vez que se trata da preparação imediata e *secreta* de uma greve. Zinoviev tem agora o descaramento de nos acusar de «prevenir o inimigo». Onde está o limite do descaramento? Quem, na realidade, prejudicou nossa ação, sabotou a greve com o «prevenir o inimigo», senão aqueles que intervieram na imprensa *não partidária*?

Trata-se nada menos do que intervir *contra* a resolução «decisiva» do Partido em um jornal que, em relação a esta questão, está de acordo com a burguesia!

Se se tolerar isso, o Partido não pode existir; o Partido está derrotado.

Chamar de «opinião pessoal» àquilo que conhece e publica Bazarov em um jornal não partidário, significa zombar do partido.

A intervenção de Kamenev e Zinoviev na imprensa não partidária foi particularmente infame, além disso porque sua *mentira caluniosa* não pode ser desmentida abertamente pelo Partido: ignoramos as resoluções tomadas sobre a data, escreve e publica Kamenev em seu próprio nome e no de Zinoviev. (Depois de tal declaração, Zinoviev é plenamente responsável por toda a conduta e pela intervenção de Kamenev).

Como pode o CC refutar isto?

Não podemos dizer a verdade perante os capitalistas, porque precisamente decidimos a greve e resolvemos *ocultar a escolha do momento* para sua realização.

Não podemos refutar a caluniosa mentira de Zinoviev e Kamenev sem *prejudicar ainda mais nossa causa*. Nisto consiste precisamente a enorme infâmia, a verdadeira traição destes dois homens: revelaram aos capitalistas o plano dos grevistas, uma vez que nos calamos na imprensa, qualquer um se dará conta de *como* estão as coisas.

Kamenev e Zinoviev *revelaram* a Rodzianko e a Kerenski a decisão do CC do seu partido sobre a insurreição armada, sobre a necessidade de ocultar do inimigo a preparação da insurreição armada e da escolha do momento oportuno para realizá-la. Isso é um fato. Não se pode refutar este fato com nenhum tipo de subterfúgio. Dois membros do CC, com uma mentira caluniosa, delataram perante os capitalistas a decisão dos operários. Diante disso, só cabe uma resposta: uma imediata decisão do CC:

«Considerando que a intervenção de Zinoviev e de Kamenev na imprensa não partidária é um completo ato de sabotagem, o CC expulsa ambos do partido.»

Não me é fácil escrever isto sobre velhos companheiros íntimos, mas consideraria aqui as vacilações como um crime, uma vez que, de outro modo, um partido revolucionário que não puna os notórios sabotadores *está perdido*.

A questão da insurreição armada, mesmo que tenha sido postergada por muito tempo com a denúncia a Rodzianko e Kerenski, não foi *anulada*, não foi anulada pelo Partido. Como é possível se preparar para a insurreição armada e prepará-

la *tolerando* entre nós «notórios» sabotadores? Quanto mais notórios, tanto mais *perigosos*, tanto mais indigno é “perdoar”. On n’est trahi que par les siens, dizem os franceses. Só pode ser traidor um homem *nosso*.

Quanto «mais notórios» são os sabotadores, tanto mais obrigatório é puni-los imediatamente com a expulsão.

Só assim é possível sanear o partido operário, depurar-se de uma dúzia de intelectualóides sem caráter, fechar as fileiras revolucionárias, marchar ao encontro de grandes e imensas dificuldades, marchar com os *operários revolucionários*.

Não podemos publicar a verdade, não podemos dizer que *depois* da seção decisiva do CC Zinoviev e Kamenev tiveram o descaramento de exigir a *revisão* na seção de domingo, na qual Kamenev gritava desavergonhadamente: «O CC fracassou, porque nada fez durante a semana» (eu *não* podia refutar, porque não era possível dizer

precisamente o que se tinha feito e Zinoviev, com ar inocente, propunha a resolução rejeitada pela reunião:

«Não intervir até à conferência com os bolcheviques que devem chegar a 20 para o congresso dos Sovietes.»)

Pensemos: depois da decisão do Comitê Central sobre a greve, propor à reunião de organismos inferiores adia-la e remetê-la (para o congresso do dia 20, mas

o congresso foi depois adiado ... os Zinoviev confiam nos Liber-Dan), a um organismo não reconhecido pelos estatutos do Partido, que não tem poder sobre o CC, que não conhece Petrogrado.

E depois disto Zinoviev ainda tem o descaramento de escrever: «Assim dificilmente será fortalecida a unidade do partido.»

Como chamar isso de outro modo senão de ameaça de cisão?

A essa ameaça, respondo que irei até ao fim, conseguirei a liberdade de palavra perante os operários e, *custe o que custar*, marcarei o sabotador Zinoviev como sabotador. À ameaça de cisão, respondo com uma declaração de guerra até ao fim, até a expulsão dos sabotadores do Partido.

Depois de debates que *duraram meses*, a direção do sindicato decidiu que a greve é inevitável e amadureceu: esconderemos dos patrões a data. Depois disso, dois membros da direção vão aos *organismos inferiores* contestar a decisão e fracassam. Então, os dois vão à imprensa e revelam aos capitalistas com uma mentira caluniosa a decisão da direção, sabotando uma boa parte da greve, ou adiando-a para um momento menos favorável e alertando o inimigo.

Eis aqui o quadro completo da sabotagem. E eis porque exijo a expulsão de ambos os sabotadores, reservando-me o direito (diante de sua ameaça de cisão) de publicar *tudo*, quando possa publicar.

(*Extraído do livro de Atas do Comitê Central do Partido Social-democrata Russo (Bolchevique)*)

A questão da insurreição armada, mesmo que tenha sido postergada por muito tempo com a denúncia a Rodzianko e Kerenski, não foi anulada, não foi anulada pelo Partido. Como é possível se preparar para a insurreição armada e prepará-la tolerando entre nós «notórios» sabotadores? Quanto mais notórios, tanto mais perigosos, tanto mais indigno é “perdoar”. On n’est trahi que par les siens, dizem os franceses. Só pode ser traidor um homem nosso.

As lições da carta de Lênin

A Carta de Lênin ao Comitê Central, publicada acima, tem uma importância particular porque expressa um momento decisivo da revolução, em que a direção do partido bolchevique se mostra dividida. Decidimos por sua publicação nesses 99 anos da Revolução Russa pelos seus ensinamentos. Entendemos que a melhor maneira de comemorar a revolução vitoriosa é buscar nela as lições, que servem à construção do partido revolucionário no Brasil.

Nessa Carta, vemos a firmeza como Lênin defendeu a estratégia e a tática do partido bolchevique nas condições insurrecionais. Ao mesmo tempo, revela as fraquezas e as vacilações que levaram dois dos mais importantes bolcheviques, Kamenev e Zinoviev, a romperem a disciplina partidária.

A revolução de fevereiro de 1917 havia cumprido a tarefa democrático-burguesa de derrocar a monarquia czarista e rapidamente se esgotou, dando lugar à revolução proletária. Lênin se encontrava exilado no exterior. A direção do partido bolchevique se colocou no campo dos mencheviques defendendo que a tarefa consistia em sustentar o governo provisório, de maneira que não condenava a sua política de guerra. Não via a possibilidade de a revolução burguesa se transformar em revolução proletária. Lênin retorna a Rússia em 3 de abril. Combate imediatamente a posição conciliadora com o governo burguês. Ainda no exílio, escreveu suas “Cartas de Longe”, orientando o partido a transformar a guerra imperialista em guerra civil. Para isso, era preciso formar os destacamentos armados da classe operária, que deveriam materializar o poder dos soviets. Evidenciou, assim, que se tratava de preparar a revolução proletária e não de consolidar a revolução burguesa, que como tal prosseguia com a guerra e se voltava contra o proletariado e os camponeses pobres. Essa posição não foi aceita pelos principais dirigentes.

De volta à Rússia, insistiu nessa linha, publicando o documento “As tarefas do proletariado na presente revolução”, em que considera que a primeira etapa da revolução dava lugar à luta pela tomada do poder pelo proletariado em aliança com os camponeses. Kamenev assumirá uma franca oposição às teses de Lênin, que seriam discutidas na Conferência Nacional de 24 de abril. Formam-se, assim, no seio do partido duas posições distintas. Agrava-se o choque das massas com o governo burguês e as posições de Lênin se fortalecem. O fundamental de sua linha, que consta nas Teses de Abril, é aprovada por maioria na Conferência.

Quatro meses depois, em 31 de agosto, o soviete de Petro-

grado vota a favor da proposta dos bolcheviques, que tem por conteúdo “Todo poder aos soviets”. A marcha dos acontecimentos dava razão à análise e à orientação de Lênin. Sob intensa repressão aos bolcheviques, Lênin foi obrigado a se refugiar na Finlândia. Na segunda semana de setembro, escreve uma carta à direção do partido demonstrando que a conquista da maioria dos soviets pelos bolcheviques criava as condições para a luta pelo poder. Novamente, se instalou a divergência na direção. Zinoviev se opunha terminantemente, rompendo com as posições anteriores com as quais lutou ao lado de Lênin contra Kamenev e outros dirigentes. Kamenev também se opôs, sob o argumento de que as condições para a insurreição não estavam dadas. Trotsky se coloca ao lado de Lênin, mas considera que deveria ser aprovada por um Congresso do Sovietes. Kamenev e Zinoviev conseguem a maioria no Comitê Central. Abria-se, portanto, um brutal choque no seio do partido bolchevique. Lênin apoia a posição de Trotsky

contra as de Kamenev, de boicotar o parlamento provisório, que seria constituído por meio da Conferência Democrática, encabeçada pelos adversários da revolução.

No final de setembro, o choque de Lênin com a direção, que passou a censurar seus artigos, chegou ao ponto de ter de ameaçar sua demissão do Comitê Central e partir para a luta nas bases do partido. Lênin continua clandestino na Finlândia. Mais uma vez, o agravamento da crise revolucionária fortalece as posições de Lênin, de maneira que se admite o boicote ao parlamento provisório. A bandeira “A Revolução está em perigo! Todo Poder aos Sovietes!” marcou a decisão dos bolcheviques de abandonar a seção que inaugurava o parlamento provisório. A revolução avança. Constitui, no início de outubro, em Petrogrado, o Comitê Militar Revolucionário. Lênin retorna clandestinamente à Rússia. Luta para convencer o partido a organizar a insurreição. Zinoviev e Kamenev mantêm a aliança contrária às posições de Lênin.

Expusemos as diferenças e as divergências estratégicas que antecederam o momento crucial da insurreição, para assim compreender o significado da Carta ao Comitê Central em que Lênin propõe a expulsão de Kamenev e Zinoviev. Em 17 de outubro, portanto, oito dias que antecederam o levante proletário, Zinoviev e Kamenev tornam públicas sua oposição à insurreição, quando o partido dedicava todos os esforços para a sua preparação. Eis por que Lênin os acusa de sabotadores. Kamenev pede a demissão do Comitê Central, que é aceita por uma pequena diferença. A insurreição bate às portas e a crise é superada.

A comprovação prática das posições de Lênin soterrou a resistência liderada por Kamenev e Zinoviev. Está aí por que é fundamental a Carta de Lênin que pede a expulsão dos dois dirigentes. Não é a expulsão em si que importa. Mas a demonstração da natureza centralizada e disciplinada do partido revolucionário. Não pode haver democracia interna sem a centralização e a disciplina revolucionárias. A concepção leninista do partido exposta no livro O Que Fazer? se fez inteiramente presente nos momentos cruciais da revolução.



Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT | A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxista-leninista-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário. O livro Ascensão e Queda do PT é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.